

FELIPE EWALD/JU



Anciões da aldeia Pindoty, da etnia mbya guarani, em Riozinho

Presença que conserva o ambiente

A ideia recorrente de que a demarcação de terras de povos e comunidades tradicionais é um obstáculo ao desenvolvimento segue ganhando importantes adeptos. Atualmente, existem 11,3 milhões de hectares em estudo para delimitação, abrigando cerca de 130 mil indígenas. Retrocessos na política de demarcações ameaçam não só a existência e a sobrevivência desses povos, mas também a preservação do meio ambiente. De acordo com o etnoarqueólogo José Otávio Catafesto de Souza, professor do Departamento de Antropologia da UFRGS, existe uma relação direta entre a presença humana de grupos tradicionais e a conservação da biodiversidade. “Dados publicados pela Unesco demonstram que, de todas as estratégias utilizadas para o resguardo da biodiversidade, sem dúvida alguma, as populações tradicionais são as mais eficazes e as mais baratas para a sua preservação e manutenção”, defende. **P8 e 9**

PORTO ALEGRE

Pacto pela Inovação iniciará ações em 2019

ENTREVISTA

Os inimigos na política

A incerteza, a insegurança e a falta de expectativas no futuro contribuem para a eleição de bodes expiatórios frente a problemas complexos de um país. Assim explica o historiador argentino Martín Granovsky, que esteve em outubro na UFRGS. Nesse contexto de construção da imagem de um inimigo ideal, ele critica a atuação da imprensa: “No Brasil, ser chamado de petista é uma ofensa”. **P6**

A solução portuguesa

Há 34 anos no Brasil, a advogada portuguesa especializada em Previdência Marilinda Fernandes tem acompanhado criticamente mudanças em direitos e políticas no país. Ao mesmo tempo, ela contribuiu com a coalizão que desde 2015 governa Portugal: “Conseguimos melhorar e reverter em parte as políticas prejudiciais e retomar benefícios que tínhamos perdido”. **P13**

TEATRO

Capital vive escassez de espaços culturais

Locais como o Teatro de Câmara Túlio Piva, fechado desde 2013, e o Teatro de Arena, em processo permanente de restauração, ilustram bem a crise no setor, especialmente na capital do estado. Frente a esse panorama, companhias buscam alternativas para manter suas produções.



P10 e 11

FLAVIO DUTRA/JU

WIKIMEDIA COMMONS - CC BY-SA 3.0



P3

Meio ambiente

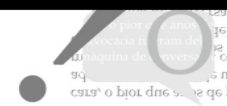
O solo e sua capacidade de sustentar a vida no planeta estão em perigo **P4**

Poder Judiciário

No Brasil, o governo dos juízes tornou-se um imperativo político difuso **P5**

Boca de Rua

Jornal produzido por moradores de rua estimula exercício da cidadania **P7**



Espaço da Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

O futuro diante da adversidade

O ano de 2018 iniciou marcado por múltiplas esperanças. Esperança de que o processo eleitoral traria de volta a legitimidade para o governo federal, resgatando políticas de investimento em ciência e tecnologia necessárias à manutenção das atividades das universidades federais no nível de reconhecimento nacional e internacional. Havia também a perspectiva de que um Congresso renovado resgatasse a capacidade de investimento, dando sustentação às nossas instituições impactadas pela Emenda Constitucional 95. Guardávamos a expectativa de que as políticas educacionais garantissem o Plano Nacional de Educação e que houvesse o resgate de políticas sociais de desenvolvimento sustentável. Enfim, que fosse um tempo de reconstituição de um projeto de país necessário à criação de nosso futuro.

Mas 2018 termina com resultados eleitorais que colocam em xeque esses horizontes. Para além do discurso agressivo contra políticas de gênero e do questionamento às políticas sociais e econômicas, nossa grande preocupação se dá quando surge contestação ao papel das universidades federais na sociedade. Até o momento, concretamente, não sabemos o que esperar do futuro governo federal.

No entanto, tenho a convicção de que a Universidade teve um ano de realizações, por conta da reiterada capacidade de a nossa comunidade superar adversidades de todos os tipos. Depois

de um longo período, conseguimos desinterditar o Prédio de Sala de Aulas do Câmpus Central. Além disso, inauguramos o Centro Cultural, espaço público único na cidade que recentemente serviu de abrigo para a primeira edição do Dia da Cultura da UFRGS, que envolveu variadas atividades abertas à comunidade. No Câmpus do Vale, a construção da nova subestação se aproxima do final, resultando em garantia de qualidade e quantidade de energia elétrica. No Câmpus Saúde, a obra do ICBS foi mantida graças à atuação da Pró-reitoria de Planejamento junto ao MEC. Da mesma forma, prédios de salas de aula e laboratórios estão sendo erguidos no Câmpus Litoral Norte. A UFRGS, em parceria com o Ministério de Saúde, deu início ao Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Medicamentos (CPDIM), órgão que supre a necessidade de instalações adequadas para a produção de lotes-piloto de unidades farmacotécnicas para o desenvolvimento de pesquisa clínica e posterior registro do medicamento pelas agências reguladoras.

A Universidade ainda garantiu novos recursos para a infraestrutura de pesquisa por meio do CT-INFRA. Algumas unidades acadêmicas buscaram esses valores em emendas parlamentares, uma fonte que deverá ser cada vez mais importante para a obtenção de verbas. Visando ao aprimoramento

da gestão administrativa, estabelecemos o Comitê para a Gestão de Riscos a fim de identificar prioridades e implementar soluções estratégicas, como a Semana do Inventário, que trará informações essenciais sobre os bens tangíveis da Universidade.

No plano acadêmico, conquistamos o Mérito Científico Institucional do CNPQ, distinção que reconhece o acúmulo de participações da UFRGS na pesquisa nacional. Outra vitória foi a seleção pela Capes no Programa de Internacionalização da Pós-graduação (PRINT), cujo aporte de recursos representa garantia de expansão e consolidação da nossa pós-graduação no cenário internacional. Por fim, a UFRGS liderou a articulação das instituições brasileiras de Ensino Superior Público na III Conferência Regional de Educação Superior, em Córdoba, na Argentina. Esse evento, realizado em parceria com a ABRUEM, CONIF e ANDIFES, contribuiu de forma a garantir a educação superior como um valor em si para os países da América Latina e do Caribe, estabelecendo objetivos comuns na defesa do ensino público de toda a região.

Assim, apesar de marcado por frustrações e incertezas, 2018 se encerra com nossa renovada capacidade de buscar múltiplas oportunidades de inovação diante das adversidades. Que venha o novo ano!



Carta aos leitores

Embora vivamos uma época de erosão da verdade, na prática jornalística precisamos insistir na busca pelos fatos para realizarmos o debate sobre a realidade. Tomando como ponto de partida o lugar que ocupamos, a Universidade, seguimos reafirmando a legitimidade da pesquisa científica para a realização dessa discussão.

Trazido para o centro da esfera pública pelo presidente eleito, o tema das demarcações de terra e sua possível interrupção é tratado nesta edição a partir do olhar de quem tem larga experiência de pesquisa e trabalho junto a comunidades tradicionais – além das próprias comunidades envolvidas na questão. O ponto central é a oportunidade, garantida por essas populações, de conservação da biodiversidade que resta no país.

Voltando-nos para as dinâmicas urbanas, fomos investigar como está a disponibilidade de espaços públicos para o setor do teatro e como as companhias lidam com a escassez. Na mesma linha, destacamos a formalização do Pacto pela Inovação, que congrega esforços de universidades, poder público e iniciativa privada para pensar o futuro de Porto Alegre.

Em artigo, o professor da Faculdade de Direito Rodrigo Valin questiona-se, diante do cenário presente, sobre o lugar do Poder Judiciário na condução da nossa democracia. Ele constata que a implementação dos direitos sociais pela criação de legislações específicas impulsiona a procura pelo judiciário por parte de grupos, minorias e segmentos desprotegidos, buscando garantir o cumprimento das leis.

É justamente dos direitos sociais, mais especificamente os previdenciários, de que trata em entrevista a advogada portuguesa Marilinda Fernandes. Ela aponta que a retomada de direitos e políticas sociais nos últimos anos em Portugal não tornou o país menos competitivo. E alerta que o plano que estava em vigor antes, o qual caracteriza como austericídio, é muito semelhante ao que está sendo delineado pela equipe do presidente eleito.

Em outra entrevista desta edição, o historiador argentino Martín Granovsky analisa a dinâmica em vigor na sociedade brasileira, especialmente no cenário político, de constituição de um bode expiatório: a construção

do inimigo político público ideal a ser demonizado – a saber, o petismo. Em vez de debater com o adversário, a lógica passa a ser de desconstituí-lo totalmente e eliminá-lo da esfera pública.

Na mesma linha de constatação da ruptura do processo democrático, trazemos a resenha do livro Como as democracias morrem, que reconstrói os cenários sobre os quais se tornaram possíveis as mais recentes e emblemáticas interrupções democráticas que abriram caminho para a instauração de governos autoritários no mundo inteiro. Os autores alertam que nem sempre uma Constituição é capaz de salvaguardar e garantir a democracia e que, na atualidade, o autoritarismo se estabelece por meio do enfraquecimento lento e constante das instituições democráticas e pela corrosão das normas políticas.

Elencamos, ainda, textos sobre o Jornal Boca de Rua, a gestão dos solos e um ensaio que reflete sobre figuras femininas marginais e rebeldes.

Boa leitura!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Edina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alex Niche Teixeira, Ânia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editor-chefe Everton Cardoso
Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor-assistente Felipe Ewald
Repórteres Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Carolina Konrath
Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli
Revisão Antônio Falcetta
Boleiros (Jornalismo) Bárbara Lima, Carolina Pasti, Emerson Trindade Acosta, Isabel Linck Gomes e Natalia Henkin
Estagiários Henrique Moretto e Lucas Borghetti
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 000 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.



Criado o Pacto Alegre

Inovação *Proposta que congrega universidades, prefeitura e sociedade terá suas primeiras ações já no início de 2019*

Dentro das ações da Aliança para a Inovação de Porto Alegre, firmada em abril deste ano pelos reitores da UFRGS, PUCRS e UNISINOS, foi realizada a primeira iniciativa, com a assinatura, no dia 21 de novembro, do Pacto pela Inovação, denominado Pacto Alegre, cujo objetivo é buscar o engajamento e o compromisso de entidades públicas e privadas e da sociedade no sentido de tornar a capital do estado uma referência em inovação.

Além da articulação entre as universidades, a iniciativa conta ainda com a participação da prefeitura municipal de Porto Alegre e de entidades representativas da capital. Segundo seus organizadores, a cerimônia de assinatura do pacto, realizada no Centro Cultural da UFRGS, também foi um evento de convite a mais de 70 empresas e entidades para se somarem à iniciativa, contribuindo com sugestões, recursos e experiências para a construção conjunta de projetos e ações com a meta de transformar Porto Alegre em referência internacional e modelo de colaboração e inovação de alto impacto.

O próximo passo será agregar um número cada vez maior de atores para contribuir com o projeto. A ideia é apresentar já no início de 2019 um elenco de

ações transformadoras.

Na ocasião do lançamento do Pacto Alegre, foi apresentada a identidade visual da proposta do movimento Porto Alegre Inquieta. Os principais pilares que balizaram a criação da marca são a construção coletiva, a ideia da quádrupla hélice (união de governo, universidades, empresas e sociedade organizada), transparência, criatividade e inovação. As letras O e R da palavra Porto foram substituídas por A e C, formando Pacto Alegre e reforçando a ideia de ação e criatividade.

Também durante o evento foi assinado o termo de fomento entre a Aliança e o Badesul, que estabelece a parceria institucional e financeira para o desenvolvimento das atividades do Pacto. Houve ainda a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços especializados de apoio e consultoria de Josep Piquè, presidente da Associação Internacional de Parques Científicos e Tecnológicos (IASP), que atuará como mentor e facilitador do Pacto Alegre, contribuindo com sua experiência na transformação de cidades como Barcelona e Medellín.

Em sua fala, Piquè destacou que a capital gaúcha se diferencia na forma de fazer inovação: “Pela primeira vez, três universidades lideram a mobilização dos demais agentes. Esse fato mostra

o compromisso de longo prazo que estão assumindo”.

Para o pró-reitor Acadêmico e de Relações Internacionais da Unisinos, Alsones Balestrin, os desafios de Porto Alegre são grandes, mas “quanto maior o desafio, maiores são as possibilidades de se trabalhar coletivamente”.

O reitor da PUCRS, Evilázio Teixeira, ressalta a necessidade de se trabalhar em conjunto. Segundo ele, é preciso “interagir com a sociedade e tecer uma rede em que cada nó contribua com a sua individualidade”. Na avaliação do reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, por meio de iniciativas como o Pacto Alegre, a universidade cumpre com sua missão junto à sociedade.

Cultura de transferência – Em encontro realizado no mesmo dia, Josep Piquè apresentou sua perspectiva sobre o pacto em Porto Alegre, destacando o envolvimento de mais de 70 entidades participantes, que colocaram seus ativos à disposição. O consultor falou da necessidade de se criar uma cultura de transferência de tecnologia das universidades para as empresas, no sentido de promover o empreendedorismo de base tecnológica.

O plano, segundo Piquè, é enfrentar os problemas centrais da cidade: urbano, econômico,

social e de governança. Nesse ponto, o consultor exemplificou alguns elementos que devem ser trabalhados, como o foco no bairro da inovação (4.º Distrito), a questão da infraestrutura digital, os mecanismos de retenção de talentos, a criação de novas gerações de inovadores, a comunicação dos governos, entre outros.

Oppermann manifestou preocupação com a avaliação dos riscos e das ameaças a que está sujeito o Pacto. O reitor frisou que as universidades estão engajadas e alertou que, mesmo essenciais para o Pacto, as instituições de ensino não conseguirão sozinhas tocar o projeto adiante.

Josep Piquè reforçou seu entendimento de que o primeiro e maior risco neste momento é não se fazer nada, uma vez que as transformações por que o mundo está passando vão deixar para trás quem está parado. Para o consultor, há ainda o risco de não se entender o processo como uma oportunidade para crescer em meio às mudanças. Piquè enfatizou que os empresários estão comprometidos com o Pacto assim como o governo municipal. Para ele, o fato de as universidades estarem liderando a articulação com governo e sociedade – exemplo único do mundo – reveste de credibilidade a iniciativa do Pacto de Porto Alegre.



CONHECENDO A UFRGS

Projeto Nexus e a produção de arroz

Mesmo com o aumento constante da urbanização, a região metropolitana de Porto Alegre possui municípios com produção agrícola considerável, além de dezessete assentamentos rurais. A produção de arroz é bastante expressiva, e parte desta produção é de base orgânica. Com o objetivo de consolidar a produção agroecológica, a Faculdade de Agronomia da UFRGS atua no assentamento “Filhos de Sepé”, em Viamão, pelo Projeto Nexus. Por meio de parcerias e trocas de experiências com os moradores, os participantes do projeto buscam melhorar a qualidade das águas drenadas nas áreas de produção, contribuindo para a segurança alimentar, hídrica e energética de toda a comunidade que ali vive.

O assentamento Filhos de Sepé é formado por 376 famílias, e, além da produção de arroz orgânico, os produtores têm se dedicado ao cultivo de hortaliças, frutas e outros grãos, como o milho e amendoim. Diferentemente do arroz, essas atividades agrícolas são desenvolvidas junto aos lotes de moradia, e, com elas, os moradores conseguem tirar sua renda mensal, vendendo os produtos em feiras ecológicas.

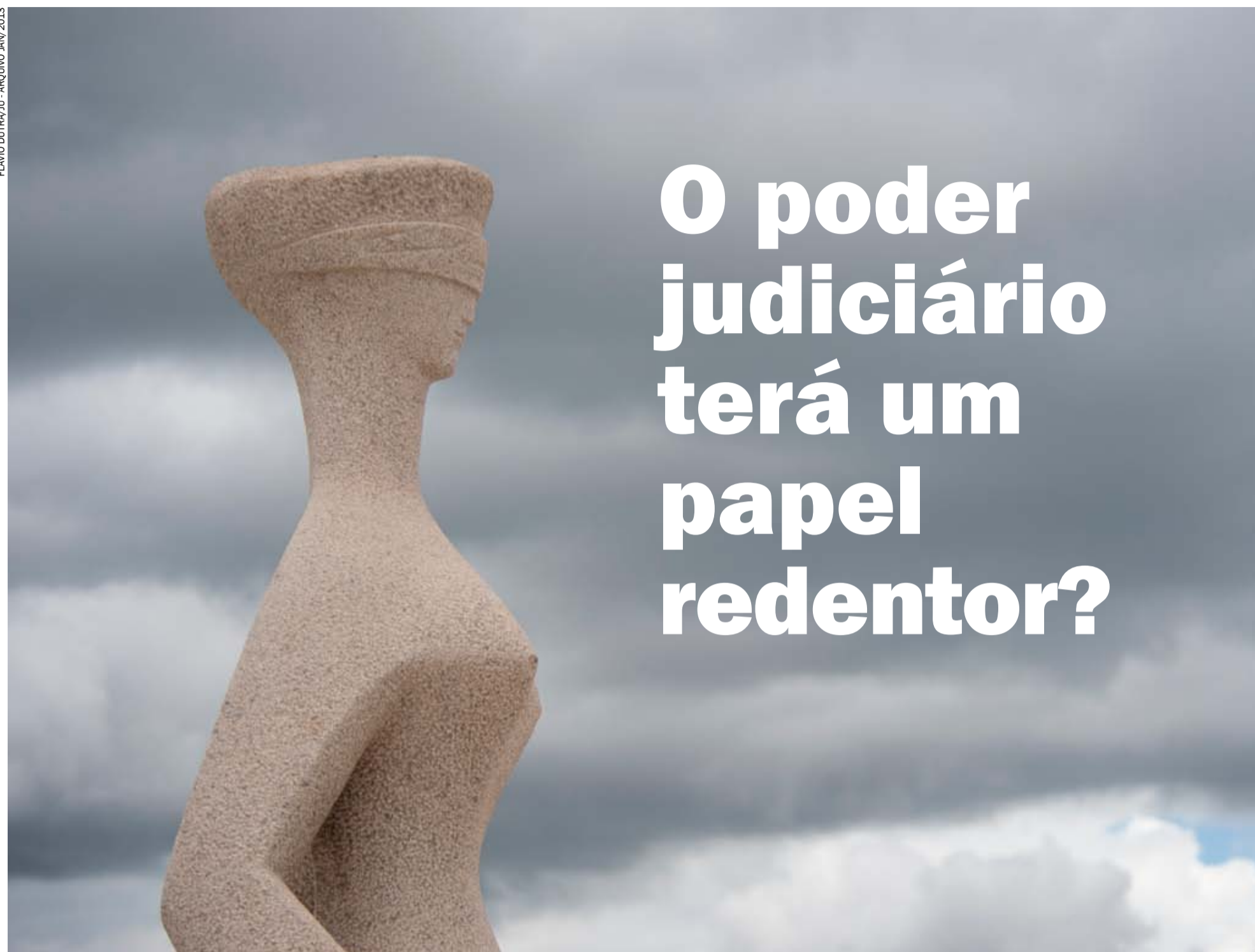
Professor da Faculdade de Agronomia da UFRGS e um dos organizadores do projeto, Alberto Bracagioli explica que, além da questão ecológica, o projeto busca dar visibilidade aos assentados da Reforma Agrária: “É preciso tirar do anonimato alguns setores. Muitos desses produtores que têm uma trajetória e/ou uma história com o Movimento Sem Terra são considerados, pela sociedade, ‘terroristas’, quando na verdade são produtores e estão fazendo não somente um trabalho de importância social como um trabalho de importância ambiental dentro da Região Metropolitana de Porto Alegre”.

Heloíse Bordin,
estudante do 4.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

Para saber mais sobre o Conhecendo a UFRGS - Projeto Nexus, assista ao programa que vai ao ar no dia 18 de dezembro, às 23h, na UNITV, Canal 15 da NET POA, que também pode ser acompanhado ao vivo pelo site www.unitv.tv.br.





O poder judiciário terá um papel redentor?

Rodrigo Valin de Oliveira*

Nossa sociedade, inegavelmente, experimenta profunda frustração: as tradicionais elites políticas não representam os anseios do brasileiro. Ineficiência e corrupção, sobretudo, converteram nosso país em um território descrente, capaz de rechaçar as próprias instituições. A insatisfação, mais e mais, tem por alvo não só as pessoas, mas as organizações estatais. Em tal contexto, a ira parece recair sobre o Executivo e o Legislativo. Do Judiciário, em alguma medida, espera-se que promova nossa redenção: o governo dos juízes converteu-se em um imperativo político difuso. A criminalidade, os direitos sociais, o sistema partidário, o desenvolvimento econômico e muitas outras tarefas foram incorporados ao âmbito de atuação do Poder Judiciário. Em um processo que não é recente, esse Poder passa a ser considerado a bússola dos brasileiros. Uma pergunta, no entanto, merece ser feita. Deve este Poder assumir, de modo irrestrito, a condução de nossa democracia? Não há, podemos antever sem esforço, resposta fácil. Em nosso entendimento, contudo, mostra-se possível pensar o papel do Poder Judiciário a partir de dois parâmetros: o constitucionalismo e o bem comum.

O iluminismo, no mundo ocidental, impulsionou o movimento que conhecemos sob o nome de constitucionalismo, cujo objetivo era imprimir aos Estados certa organização, fulcrada em constituições escritas. Dois temas eram considerados essenciais em uma constituição no sentido moderno da palavra: a separação de poderes e a declaração de direitos. De um lado, era necessário dividir o poder,

evitando-se os abusos decorrentes de sua concentração; de outro, um catálogo de direitos livraria, o quanto possível, os indivíduos dos excessos do aparelho estatal. Tais finalidades seguem, em certa medida, válidas: não abandonamos (nem deveríamos abandonar) as lições da modernidade. O constitucionalismo, porém, ampliou seus horizontes de forma notável.

Em primeiro lugar, o esquema da divisão de poderes deve satisfazer uma demanda bastante evidente: reduzir as desigualdades sociais. Para tanto, os governos hão de ser presentes e ativos. O Executivo, legitimado pela escolha eleitoral, adquire protagonismo. Célere e mais bem instrumentalizado do ponto de vista técnico, esse poder contribui para a redução de conflitos sociais, minimizando riscos. Os dirigentes do Executivo, inclusive, assumem funções legislativas, fato comprovado pela medida provisória, pela lei delegada ou por outras espécies de lei.

Em segundo lugar, o Judiciário, consideradas tais modificações, vê suas tarefas ampliadas. Mais do que o árbitro de conflitos individuais, será o fiscalizador da ação estatal. O número crescente de leis converte o Poder Judiciário em um controlador sistemático da constitucionalidade. Vale dizer: consideram-se nulas as leis que contrariem processos e valores constitucionais.

No modelo institucional brasileiro, porém, certas características sobrecarregam o Poder Judiciário. Em vez de concentrarmos as declarações de inconstitucionalidade em um tribunal constitucional, como o fizeram as mais estáveis democracias europeias, prefe-

rimos mesclar a jurisdição comum e a constitucional. Todos os juízes podem, incidentalmente, declarar atos normativos inconstitucionais. Essa arquitetura institucional, embora considerada mais democrática por alguns, produz insegurança jurídica e prolonga a duração dos processos. Mencione-se, ainda, a tensão produzida entre os poderes.

O bem comum, apesar da diversidade própria de nosso tempo, constitui uma das condições de existência de qualquer democracia. Na melhor tradição republicana, o bem comum exige que não estejamos sujeitos à vontade arbitrária dos outros, além de não submetermos os demais ao nosso alvedrio. Essa concepção supõe uma importante ampliação do catálogo de direitos. Direitos sociais (prestações positivas devidas pelo Estado) são englobados pelo constitucionalismo. A igualdade, sob diversas formas, implementa-se por meio da ação estatal.

O Poder Judiciário, uma vez mais, cresce em importância, pois é buscado por grupos, minorias e segmentos desprotegidos concretamente. Ora as classes dirigentes, ora as maiorias descobrem no judiciário um efetivo limite.

As novas funções jurisdicionais, contudo, cobram um preço. O maior ativismo judicial é acompanhado de crescente politização dos juízes. Pretender que o Poder Judiciário seja apolítico representa óbvia ilusão. A sua imparcialidade, que lhe possibilita exercer papel arbitral e moderador, demanda, todavia, cautela no que tange aos níveis de politização aceitáveis. Os excessos, nesse terreno, acompanham-se de genuíno desgaste, que afeta decisivamente a autoridade dos órgãos judiciais. A lamentável hosti-

lidade direcionada ao Supremo Tribunal Federal revela tal tendência, cujos efeitos corremos o risco de ver ampliados, especialmente a outras instâncias do Judiciário.

O bem comum requer, igualmente, o adequado desenho das instituições. As políticas públicas, por definição abrangentes e prospectivas, serão mais bem definidas no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Executivo. O casuismo, risco real do ativismo judicial exacerbado, pode ameaçar tanto a capacidade de planejamento estatal a longo prazo como a utilização de critérios homogêneos na aplicação de recursos que serão sempre finitos. Sublinhe-se, ainda, que o desenvolvimento de políticas públicas demanda relações harmônicas entre Executivo e Legislativo, fato nem sempre presente no sistema de governo presidencialista.

Por fim, a ideia de que o Judiciário, em razão de sua excelência técnica, esteja mais bem preparado para a busca do bem comum merece revisão. Para boa parte dos dilemas políticos e sociais, inexistente a verdade. O bem comum não é uma ciência: constrói-se no exercício da soberania, com a participação do conjunto dos cidadãos, direta ou indiretamente. O que nos redime ou condena são as nossas escolhas, especialmente aquelas relativas às instituições em sua globalidade. Os poderes e as funções estatais, distintos e ao mesmo tempo solidários, só prosperam se nos fazem mais humanos.

*Professor do Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito, com ênfase em Teoria do Estado e Direito Constitucional

A importância social do solo

Flávio Anastácio de Oliveira Camargo*

O solo é um recurso natural não renovável, complexo, frágil e essencial, que geralmente leva milhões de anos para ser formado pelo intemperismo das rochas e, quando utilizado de forma incorreta, alguns poucos anos para ser destruído. O solo não é apenas o local onde é produzida a grande maioria dos alimentos. Tem inúmeras funções ecológicas, econômicas e sociais que são importantes para a manutenção da vida, incluindo a capacidade de reter (sequestrar) carbono atmosférico e, com isso, contribuir para a mitigação das mudanças climáticas e conter mais de um quarto da biodiversidade do planeta.

Entre as funções ecológicas, destacam-se a de produção de biomassa (segurança e soberania alimentar, fibras e energia), a de interação com o ambiente (armazenagem, ciclagem, filtragem e transformação) e a de habitat (ambiente biológico, diversidade genética e banco genético). Entre as funções econômicas e sociais, destaca-se o solo como fonte de matéria-prima, herança física e cultural e plataforma de sustentação de estruturas (abrigo, estradas, edificações, etc.).

Atualmente, o solo e sua capacidade de sustentar a vida no planeta estão em perigo por conta da urbanização, do crescimento populacional, do aumento da produção de alimentos, do maior consumo de fontes não renováveis, da diminuição das áreas de cultivo, do avanço sobre áreas naturais, da poluição e do seu mau uso. Nossos solos estão sendo erodidos, degradados e se perdendo rapidamente. Por conta disso, é necessário

conscientizar os cidadãos, a sociedade e os governos da importância do solo e da sua conservação. A principal iniciativa mundial nesse sentido foi tomada em 2002, por ocasião do 18.º Congresso Mundial de Ciência do Solo, que ocorreu em Bangkok, na Tailândia. O rei deste país, Bhumibol Adulyadej, cujo nome significa Força do Incomparável Poder da Terra, era um entusiasta da Ciência do Solo e tornou-se um grande incentivador da popularização e do aumento da percepção social sobre a importância do solo para a sustentabilidade da vida na terra. O soberano, em parceria com a International Union of Soil Science (IUSS), deu impulso para a criação do Ano Internacional do Solo e o Dia Mundial do Solo. Ele disponibilizou 20 milhões de dólares para que essas datas fossem concretizadas, celebradas e que fosse dada ampla divulgação ao solo, suas funções vitais, suas fragilidades e seu uso adequado e sustentável. O dia 5 de dezembro, aniversário do Rei Bhumibol, foi escolhido para ser o Dia Mundial do Solo.

Em 2012, a FAO (Food and Agriculture Organization), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), assumiu as iniciativas relacionadas às festividades, e a cada ano é definido um tema específico. Este ano o tema é: *Be the solution to soil pollution*. A campanha de 2018 chama a atenção para uma das inúmeras mudanças que nós causamos no planeta e muitas vezes não percebemos na sua totalidade ou não damos importância, como o caso da poluição ambiental. O lema "Seja a solução para a poluição do solo" busca sensibilizar e atrair a sociedade para alertar sobre este problema, visando parar ou diminuir a

poluição do solo. As questões-chave do tema do Dia do Solo deste ano são: (a) existem evidências científicas suficientes sobre a poluição dos solos agrícolas?; (b) como o uso da terra e o planejamento urbano e industrial influenciam no tipo e na quantidade de poluentes em solos agrícolas?; (c) como a gestão de agroquímicos pode contribuir para impedir o risco de poluição dos solos agrícolas?

O Dia Mundial do Solo tem os seguintes objetivos: (a) conscientizar a sociedade civil e o poder público a respeito da função do solo para a vida humana; (b) reconhecer a importância do solo para a segurança alimentar, as mudanças climáticas, os serviços ambientais, a diminuição da pobreza e a sustentabilidade; (c) promover políticas e ações para a proteção e a gestão sustentável do recurso natural solo; (d) sensibilizar o poder público da necessidade de investimentos no manejo e na intensificação sustentável, mantendo a qualidade do solo para diferentes usos e grupos de interesse; (e) catalisar iniciativas conectadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e a Agenda Pós-2015; e (f) fortalecer os sistemas de coleta e monitoramento de informação sobre solos em todos os níveis (global, nacionais e regionais).

Atualmente, além da FAO, também organizam o Dia Mundial do Solo o Global Soil Partnership (GSP); o Intergovernmental Technical Panel on Soil (ITPS); o Basel, Rotterdam and Stockholm Convention Secretariat (BRS convention); a United Nations Environment Programme (UM Environment); e a World Health Organization (WHO). Em 2013, a resolução da 68.ª Assembleia Geral das

Nações Unidas estabeleceu que 2015 seria o Ano Internacional do Solo.

No Brasil, sob a coordenação da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, tem sido realizada anualmente a celebração do Dia do Solo, no dia 5 de dezembro. Inúmeras atividades têm sido conduzidas sobre o assunto, com destaque para a Conferência sobre Governança de Solos, organizada em 2015, sob a condução do Tribunal de Contas da União, e a 21.ª Edição do Congresso Mundial de Ciência do Solo, pela primeira vez sediado em um país da América Latina (Rio de Janeiro, 2018). Outras celebrações ocorrem no país inteiro, organizadas por entidades, simpatizantes, estudantes e pesquisadores da Ciência do Solo. A grande contribuição dessa área para o Brasil e o mundo foi o desenvolvimento da maior e mais competitiva tecnologia para a agricultura tropical e a expansão sustentável das terras agrícolas. Especificamente, podem ser destacados a viabilização agrícola do bioma Cerrado, a adaptação de genótipos aos estresses abióticos, a fixação biológica de nitrogênio em gramíneas, o suporte tecnológico ao plantio direto, o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, o controle da degradação do solo, o manejo das culturas de cobertura e de culturas florestais e a análise de solos e a recomendação de nutrientes para cultivos locais, entre outros.

*Professor do Departamento de Solos da UFRGS, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo e ex-vice-presidente da International Union of Soil Science





A construção do inimigo político

Martín Granovsky
Historiador reflete sobre os caminhos que levaram à demonização dos adversários na esfera pública

Coordenador do núcleo de pesquisas sobre o Brasil na Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, da Argentina, Martín Granovsky esteve na Semana Acadêmica da Economia para discutir a formação de inimigos políticos públicos. Ele acredita que a incerteza, a insegurança e a falta de expectativas no futuro são as principais causas desse fenômeno, que elege bodes expiatórios para problemas complexos do país. O jornalista e historiador critica a postura da grande mídia: “Os meios de comunicação tradicionais terminaram de construir a imagem do inimigo ideal. No Brasil, ser chamado de petista é uma ofensa”.

Granovsky é colunista do jornal argentino *Página/12* e membro do Conselho Editorial de Crítica e Emancipação do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. É autor do documentário *Alcarajo, 10 años*, que apresenta as discussões que acabaram com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Na tua visão, por que criamos inimigos políticos públicos?

Vamos separar as coisas: inimigos políticos sempre existiram. O que às vezes acontece é a demonização do inimigo político. Uma coisa é o inimigo como adversário, que pensa diferente, e outra, a demonização dele. As crises políticas e econômicas ajudaram a construir o inimigo político brasileiro, que hoje é sinônimo de PT. O partido passou a ser responsável por todos os males do país, especialmente a corrupção. Mas por quê? Essa construção foi possível por razões históricas e táticas. A incerteza moral, econômica, a incerteza da aposentadoria, a incerteza do emprego, a violência nas ruas. A incerteza é sempre a falta de expectativa no futuro. Existe uma realidade brasileira, que é ruim, e uma realidade construída, que é exagerada,

inflada, e elas acabam se mesclando. A construção do inimigo passa pela simplificação dessa realidade, o que cria estigmas. O estigma pode ser o PT, pode ser o pobre, pode ser o negro. É claro que o pobre, o negro, o gay e as mulheres já eram estigmas antes, mas agora, para essa onda Bolsonaro, os avanços progressistas desses grupos foi o que deixou o país como está. Bolsonaro faz com que esses preconceitos sejam naturalizados, mas diz que são negativos e que precisam ser eliminados, logo se torna normal falar certas coisas. Ele associa cada um desses estigmas a pontos negativos na sociedade. É uma dinâmica que vai construindo o bode expiatório; não acontece do dia para

a noite. Quando Bolsonaro e a grande mídia fazem menção ao *petismo*, estão se referindo a algo mais amplo que isso. O que estão dizendo é: a culpa é de Lula, Haddad, Dilma, Ciro Gomes ou qualquer um que tenha ideias de reforma social e intervenção na economia. O petismo virou ofensa, significa populismo, corrupção, roubo.

Como tu analisas essa ‘onda Bolsonaro’?

É uma análise complexa, que envolve esses outros fatores de que já falei. Por que 50 milhões votaram em Bolsonaro? Pela misoginia? Pelo racismo? Pela homofobia? Também. Mas eles pensam ainda que Bolsonaro é o grande salvador que irá re-

solver seus problemas. Muitos votariam em Lula se ele estivesse concorrido. As pessoas querem alguém que resolva os problemas de forma imediata; elas preferem respostas simples. A diferença é que, quando você aposta em Bolsonaro, está apostando no messiânico. Quando aposta em Lula, está apostando na construção coletiva, mesmo com as falhas. Parece-me que nunca houve um candidato como Bolsonaro em toda a história do Brasil. Além do mais, existe uma percepção popular positiva das forças armadas brasileiras que não existe no Uruguai, na Argentina, no Chile. Uma coisa a que eu me dedicaria no futuro é analisar o comportamento das forças armadas durante esses

anos. É um tema muito importante. Bolsonaro irá agradar o setor econômico e as forças armadas. Isso pode aprofundar o que há de pior no Brasil. Essa piora pode ocorrer, como pode não ocorrer, se existir uma resistência civil. O que a oposição irá fazer? Culpar esses 50 milhões que votaram nele e que irão presenciar sua realidade piorando? Ou irá tentar conscientizar a população de que esse não é o melhor caminho para o Brasil?

Existe algo semelhante na Argentina? Algum inimigo político construído como aconteceu com o PT no Brasil?

Sim. Lá existe o “eles”, que é o outro, mas sempre meio indefinido. Mas na Argentina, se formos comparar com o Brasil, o sinônimo do PT é K, de kirchnerismo. É o juiz K, o funcionário K, o jornalista K. É um insulto. A construção é a seguinte: os que criticam Macri são ladrões, corruptos, populistas, venezuelanos, chavistas, petistas – porque se usa petista na Argentina agora como insulto também – irresponsáveis, culpados da terrível herança recebida. Eu não digo que tudo o que afirmam seja mentira, não é assim. O que estou dizendo é que há um sistema completo de um inimigo ideal para combater que se aplica até àqueles que não estão de acordo com Cristina Kirchner, mas que defendem uma política econômica heterodoxa, pois “esses serão populistas, e populista é ladrão, e um ladrão é como Cristina, e vamos acabar com a época dos populistas e ladrões”. Esse é o pensamento.

E qual o papel da mídia nessas construções?

A grande mídia foi quem terminou de fazer a construção do inimigo e ajudou a fomentar a ideia do “nunca mais”. Aqui no Brasil nunca mais reformas sociais, nunca mais Estado na economia, e isso resultou na aprovação da PEC do teto de gastos. O petismo como insulto foi em grande parte construção da mídia. Os jornais não confiavam em Dilma. Mesmo quando ela indicou Joaquim Levy para ministro da Fazenda, ela não deixava de ser Dilma, mandada pelo Lula, mesmo quando estava com uma relação conturbada com este. Isso era o que a mídia vendia e que acabou dando muito respaldo aos acontecimentos posteriores.



GUSTAVO DIEHL/SECOM

Bárbara Lima,
estudante do 6.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Uma caneta na mão e uma ideia na cabeça

Cidadania A partir de instrumentos simples como um bloquinho e uma caneta, moradores de rua passam da invisibilidade à posição de questionadores do mundo

“Chegou a nossa professora! Vai começar a reunião!” avisou um deles enquanto Rosina entrava na sala. Com anos de histórias contadas por pessoas sem faculdade, diploma ou casa, o *Boca de Rua* é hoje o único jornal produzido e vendido por pessoas com vivência de rua.

O impresso faz parte da *International Network of Street Papers*, rede com 100 veículos de comunicação em 34 cidades de todo o mundo. Foi criado em 2001 pelas jornalistas Rosina Duarte e Clarinha Glock, em Porto Alegre, por meio da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE). A ideia de trabalhar junto a grupos sociais sem representatividade dentro da mídia sempre existiu na ALICE. Rosina garante que não se trata de dar um apoio, mas, sim, de garantir a essa população o direito à comunicação, previsto pelo artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É justamente a partir da comunicação que os moradores de rua mostram à sociedade que também têm histórias para passar adiante. Paulo, 41 anos de idade, integrante do jornal e há 12 anos na rua, acrescenta: “Com o jornal, eu vendo o meu trabalho”.

Para Ilza Girardi, coordenadora do Núcleo de Comunicação Comunitária da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da UFRGS, o Jornalismo tem uma função social: “As pessoas bem informadas vão poder participar da gestão da sua cidade. Isto é fundamental: saber que se tem direito e que se pode”.

Na Fabico, Ilza ministra a disciplina de Comunicação e Cidadania. Ali, os alunos fazem trabalhos visando passar informações a diferentes grupos sociais, assim como o *Boca de Rua*. “É muito bacana, eu fico encantada: a gente estimula, e os alunos vão atrás. Em cada trabalho que fazem, levam alguma esperança às pessoas”, encanta-se.

Em busca de direitos – O veículo de comunicação que esses moradores de rua fazem tem por objetivo transformar: no *Boca*, não se acredita em jornalismo que expõe a matéria e deixa a pessoa como ela está. Ilza defende: “É uma oportunidade de eles terem outros conhecimentos para buscarem



Priscila Fernanda Lima Vargas há três anos atua no jornal *Boca de Rua*

aquilo que querem para as suas vidas”. Ederson, 35 anos de idade, integrante do jornal e há nove meses na rua, comenta: “É um jornal que nós mesmos fazemos, das nossas vidas, essa é a verdade. E é muito bom para nós”.

Por isso, o *Boca* acaba sendo o espaço permitido para que eles exerçam a sua cidadania, batalhem por seus direitos e desviem a atenção da droga. É a família que muitos deixaram ou pelas quais foram deixados para trás. É o pão de cada dia, o almoço, o café, o emprego. “O *Boca* é tudo pra mim”, enfatiza Rodrigo, 26 anos de idade, morador de rua desde os sete anos e integrante do jornal.

O *Boca de Rua* é trimestral, com tiragem de 12 mil exemplares e preço fixo de dois reais. As reuniões do grupo, que acontecem uma vez por semana, costumam ter de 25 a 35 integrantes. Nelas, os *Bocas* – como se autointitulam – são muito participativos: em um mar de cabeças, sempre há uma mãozinha indicando alguém que deseja falar. No final do encontro, cada participante recebe de 35 a 45 exemplares para vender, e o dinheiro que arrecada com as vendas fica para si.

O conteúdo do *Boca* versa sobre temas caros aos moradores de rua. “É a realidade da vida, é o que acontece na rua”, defende Paulo Ricardo, 52 anos de idade, morador de rua desde os nove anos e integrante do jornal. Além das matérias, há

um espaço para o *Boquinha*, “o filho do *Boca*”. Ali se divulgam as atividades realizadas por muitos dos filhos dos moradores de rua. A ideia é mostrar o mundo às crianças e as crianças ao mundo, numa tentativa de se fugir da dureza da calçada.

“É uma outra lógica: a sociedade é punitiva, exclui pessoas, seleciona, bane; e o *Boca* não. Isso dá muito mais certo do que o sistema aplicado pela sociedade”

Rosina Duarte

Para poder se integrar à equipe do *Boca*, não há nenhum tipo de seleção, apenas algumas regras: participar de três reuniões consecutivas antes de receber jornais para vender, respeitar todos, não comer durante os encontros e não sair sem avisar. “Ali ninguém faz caridade, a gente trabalha junto. Nós somos colegas de trabalho”, defende a jornalista Rosina Duarte.

Segundo ela, o *Boca de Rua*

existe ainda hoje por causa da confiança construída em conjunto. “É uma outra lógica: a sociedade é punitiva, exclui pessoas, seleciona, bane; e o *Boca* não. Isso dá muito mais certo do que o sistema aplicado pela sociedade”, argumenta. Dessa forma, ao receberem um novo membro, não perguntam os motivos que o levaram a procurar o jornal, se ele já teve passagem pela polícia ou se é viciado em alguma droga.

Fazendo jornalismo – Na primeira etapa da fabricação do jornal, debatem-se pautas: ideias são jogadas ao ar e as colaboradoras vão as associando e aprimorando, tudo na base do diálogo. Dessa conversa, sobram, mais ou menos, três pautas para grandes reportagens, além de algumas notícias.

Em seguida, as matérias são divididas em grupos. Dentro de cada um deles, faz-se uma roda de conversa para se esboçar o texto de abertura. Todo grupo deve ter uma pessoa que é capaz de escrever o que está sendo dito para organizar o encaminhamento da reportagem.

E logo vai se refinando a matéria: observam as fontes para entrevistar, escrevem o que irão questionar, o que irão fotografar. “Às vezes é preciso perguntar alguma coisa. Quando o pessoal não sai falando, eu tento estimular e vou anotando”, explica Caroline Sarmento, colaboradora do *Boca de Rua*. Depois, as tarefas são divididas

de acordo com o interesse da cada um.

Muitas vezes, em função das remoções promovidas pela prefeitura, alguns não conseguem juntar seus pertences e documentos e acabam por perdê-los pelo caminho. Por esse motivo, geralmente o bloquinho com o esquema da matéria fica sob a responsabilidade das colaboradoras, assim como a produção das entrevistas.

Apesar disso, muitas entrevistas são feitas pelos moradores de rua sozinhos. Rosina comenta orgulhosa: “Algumas vezes a matéria já vem até escrita. Muitos deles agora têm fluência”. Por essa razão, ela acredita: “Hoje, se eu sair do *Boca*, acho que ele segue. Ele tem base suficiente para seguir. Isso – saber que eu não sou necessária – para mim é uma fonte de orgulho muito grande”.

Feitas as saídas de campo, cada grupo segue costurando o texto num ritmo de vai e vem. “Nós vamos revisando à medida que as entrevistas vão chegando e vemos se é isso mesmo, se surgiu algum fato novo”, explica Rosina. “Depois, a gente transforma tudo num texto final”, emenda Caroline. Após finalizadas, as reportagens são lidas para o grupo e, quando aprovadas, o jornal já pode ser montado. A edição final fica a cargo de Rosina e da também jornalista Cristina Pozzobon. Nessa etapa, elas revisam os textos e fazem a diagramação. Depois, o jornal vai para a gráfica ser impresso. Paulo, morador de rua e integrante do *Boca*, observa: “São elas que mandam imprimir as ideias da gente”.

Para a professora Ilza Girardi, o *Boca* é uma militância política: “Eles se dedicam àquilo ali de corpo e alma porque sabem da importância desse trabalho”. Ela acredita que, ao produzirem o jornal, essas pessoas passam a ser respeitadas pela sociedade: “O *Boca de Rua* é um trabalho fantástico de construção de cidadania.” Assim que a nova edição começa a circular, faz-se o “Debate *Boca*”: lá todos os integrantes analisam a edição que acabou de sair. “É quase uma DR, a gente discute a relação”, brinca Rosina. “E depois produzimos as novas pautas.”

Carolina Pastl,
estudante do 4.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Biodiversidade pela lógica do envolvimento

Preservação Pesquisadores apontam que a presença indígena favorece a conservação dos ambientes naturais

Felipe Ewald*
Natalia Henkin**

Recém-eleito para governar o país nos próximos quatro anos, Jair Bolsonaro chamou a atenção do mundo todo com declarações polêmicas que reforçam a visão, predominante há muito no país, de que a demarcação de terras de povos e comunidades tradicionais é um obstáculo para o desenvolvimento. Em entrevista à TVBandeirantes, no dia 5 de

novembro, o futuro presidente declarou que, se depender dele, “não tem mais demarcação de terra indígena”. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o cancelamento de novas demarcações de terras indígenas acabaria com 129 processos que hoje estão em andamento em diferentes etapas. Atualmente existem 11,3 milhões de hectares em estudo para demarcação, abrigando cerca de 130 mil indígenas. Além disso, retrocessos na política de demarcações ameaçam não só a existência e a sobrevivência dos povos tradicionais, mas também a preservação do meio ambiente. Segundo o etnoarqueólogo José Otávio Catafesto de Souza, professor do Departamento de Antropologia da UFRGS, existe uma relação direta entre a presença humana de grupos tradicionais e a conservação da biodiversidade. “Dados publicados pela Unesco demonstram que, de todas as estratégias utilizadas para o resguardo da biodiversidade, sem dúvida nenhuma, as populações tradicionais são as mais eficazes e as mais baratas para a sua preservação e manutenção”, afirma.

Em julho de 2017, o Google passou a iden-

tificar os territórios indígenas nos mapas das suas plataformas Earth e Maps. Analisando as imagens disponíveis, é possível verificar, em algumas regiões, a diferença evidente entre a cobertura vegetal a de dentro e de fora das áreas demarcadas, tendo as terras vizinhas uma cobertura muito mais escassa – por exploração de madeira, urbanização ou desmatamento para pecuária e agricultura. A empresa declara que adotou a medida justamente para expor o papel crucial de comunidades indígenas na preservação ambiental, sobretudo na Amazônia, maior floresta tropical do mundo.

Catafesto conta que tem aprendido muito com a sabedoria dos grupos indígenas no trato com o ambiente. Segundo o professor, a lógica indígena é de envolvimento com a natureza, sem querer sair dela, enquanto a capitalista ocidental é de distanciamento da natureza. “A palavra desenvolvimento demonstra bem a maneira como nós concebemos a forma de estar no planeta: desenvolvimento é sair, é tirar do envolvimento. As sociedades indígenas jamais se propuseram a isso, pelo contrário. A gente chega numa aldeia e praticamente todas as atividades diárias são fora de casa, fora de qualquer estrutura humana: embaixo de uma árvore, com pé no chão”, acrescenta. Felipe Brizoela, cacique mbya guarani da aldeia Pindoty, no município de Riozinho, confirma: “A natureza faz parte da vida espiritual guarani. A preservação é importante para nós por conta da ligação espiritual”. Ele se queixa da falta de compreensão dos brancos sobre a relação de seu povo com a terra, ressaltando que o que querem não é acumular mais território, mas, sim, a preservação da mata que ainda existe. “Para nós, seria importante que toda a mata que ainda existe fosse preservada. Não

se trata de querermos mais terras; queremos garantir a permanência do que resta de mata para que, no momento em que precisar, a gente tenha condições de uso para medicina tradicional ou para matéria-prima. Só que o mundo não indígena não entende, acha que a gente quer ter mais terra”, critica.

A bióloga Joana Bassi, técnica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema), também reforça essa percepção. Representante da Sema no Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), ela diz que a legislação brasileira reflete a visão predominante na cultura branca ocidental, que separa sociedade, cultura e natureza – separação essa que não se reproduz na cosmovisão indígena. “No caso dos guarani, especificamente, a gente vê que a terra é muito mais que um espaço físico. Ela representa ao mesmo tempo ancestralidade, sustentabilidade, espiritualidade, pertencimento. Ela tem vários significados para muito além do território físico”, afirma. Bassi explica que a demarcação de terras guarani é um processo recente, que se iniciou nos anos 1990, mas que áreas já demarcadas, em tantos anos de presença e de manejo, têm se qualificado em termos de biodiversidade. “Os guarani vão florestando, plantando, disseminando e garantindo a biodiversidade de acordo com o seu modo de vida. Onde tem guarani, tem mata. Se não tem, vai ter daqui a pouco, porque faz parte da dinâmica de existir num território garantir a existência da biodiversidade”, completa.

André Benites, cacique da aldeia Ka'aguy Porã, em Maquiné, acredita que não há como separar as coisas. “A gente sabe que sem a natureza ninguém vive; isso para todos os povos, mas principalmente para a humanidade. A gente quer que os não

FOTOS: FELIPE EWALD/JU





indígenas conheçam como a gente vive para poder entender e respeitar nosso modo de vida”, insiste.

Retomada – Em janeiro de 2017, cerca de 30 famílias da etnia mbya guarani ocuparam uma região do município de Maquiné, no litoral gaúcho – movimento que ficou conhecido como ‘retomada’. A área onde hoje fica a aldeia Ka’guy Porã era de propriedade estatal e pertencia à Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), que na época estava em processo de extinção. “A gente nunca teve área demarcada na parte baixa de Maquiné. Tem uma aldeia, mas ela fica isolada na parte das montanhas. Morei muitos anos nessa terra e senti na prática a dificuldade que era viver lá”, conta André Benites. Segundo Bassi, o território reivindicado pelos indígenas possui remanescentes de formação de floresta de planície e complementa a terra indígena da Barra do Ouro, que também fica em Maquiné, mas que é muito fria e não permite o plantio de certas sementes tradicionais. Além disso, é uma área por onde os guarani historicamente sempre transitaram.

A Constituição Federal de 1988 garante o direito às terras indígenas, sendo elas as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Para a bióloga, a retomada é uma estratégia recente e reflete as limitações dialógicas do poder público no que se refere aos guarani. “Eu entendo que houve um cansaço com relação a essa espera por demarcação de terra. A retomada acaba sendo uma estratégia para conseguir acessar esses direitos, que estão constitucionalmente assegurados, mas que na prática o Estado não efetiva.” A participação da Sema foi solicitada pela Procuradoria-geral do Estado com o intuito de verificar a viabilidade, do ponto de vista ambiental, de os guarani permanecerem na região. A partir disso, o corpo técnico da secretaria elaborou um parecer favorável à retomada. “Sustentamos o documento com os aspectos jurídicos que respaldam o manejo da comunidade, passando pela legislação ambiental, pela indigenista, pela socioambiental, como o próprio Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PENAP) propõe: compatibilizar diferentes usos, numa perspectiva de conservar e assegurar o direito às territorialidades indígenas”, conclui. O parecer também aponta os benefícios de uma gestão compartilhada, visto que a Fepagro passou a fazer parte da Secretaria de Agricultura, e suas atividades seguem em andamento. “Por que o Estado não lança mão de uma perspectiva mais integradora e pioneira de se pensar essa composição entre pesquisa, conservação e direito à territorialidade?”, sugere.

Povos tradicionais e conservação – De acordo com o professor José Otávio Catafesto, que acompanha o tema desde meados

da década de 1980, a maneira como os cientistas naturais veem a relação entre populações tradicionais e áreas de proteção vem gradativamente se transformando. Ele exemplifica: “As unidades de conservação máxima no Brasil não permitem a presença humana, o que é uma ‘baleia’. Em praticamente todo o planeta, os espaços que foram transformados em área de proteção ambiental eram territórios ocupados por uma população tradicional que foi destituída de seu uso. O ambiente se tornou preservado justamente porque aquela comunidade estava ali”, afirma.

A aldeia Pindó Mirim, localizada próximo à Reserva Estadual de Itapuã, fica em uma antiga área de plantação de eucalipto. Ao chegarem à região, há quase 20 anos, as famílias mbya guarani reflorestaram o local com espécies nativas. Segundo a bióloga Joana Bassi, é possível perceber um aumento considerável em termos de disseminação florestal e de restauração ecológica. “Isso faz parte dos manejos guarani”, explica.

Outro exemplo do impacto positivo do modo de vida da população mbya guarani é a extração do palmito juçara na aldeia Ka’guy Porã, em Maquiné. Segundo Catafesto, por muito tempo o pensamento científico atribuiu o uso extensivo de um recurso por uma população tradicional ao seu possível desaparecimento. No entanto, estudos na área da Etnociência apontam o oposto. “Os trabalhos mais atuais mostram que é exatamente o contrário: quanto mais uma população tradicional usa um recurso, mais ele prolifera. Na extração do palmito juçara, na Retomada, quando abatem a palmeira, as sementes ficam espalhadas e o caule, depois de extraído o palmito, se transforma em um criadouro de larvas que a comunidade usa como um grande manjar. Isso gera todo um ciclo de relações”, elucida o professor. “Os pesquisadores têm reconhecido cada vez mais que os índios são aliados na conservação. Na conjuntura brasileira atual, por exemplo, a preservação é vista como entrave ao desenvolvimento – e, com o sucateamento e a extinção de órgãos governamentais, como Ibama e Funai, os cientistas vêm constatando que o ambiente e as populações tradicionais têm o mesmo inimigo. O inimigo do meio ambiente não é o índio, é o agronegócio”, critica.

*Repórter

**Estudante do 7.º semestre de Jornalismo da UFRGS

A aldeia Pindoty, da etnia mbya guarani, fica no município de Riozinho



Afinal, por que precisamos da diversidade?

Mesmo com uma das mais completas legislações ambientais do mundo, na prática, o Brasil tem se mostrado incapaz de cuidar daquilo que é sua maior riqueza: a biodiversidade. Mas o que é, afinal, biodiversidade? No site do Ministério do Meio Ambiente, ela é definida como “a exuberância da vida na Terra – num ciclo aparentemente interminável de vida, morte e transformação. A biodiversidade é você; a biodiversidade é o mundo; você é o mundo”. Segundo o antropólogo José Otávio Catafesto de Souza, ela está relacionada à sociodiversidade, isto é, a pluralidade de povos e suas culturas. Na evolução biológica, sempre há uma variante que está mais adaptada a transformações ambientais, como secas ou aquecimentos, o que garante a sobrevivência da espécie. O professor explica que com as civilizações ocorre o mesmo: elas são o resultado de trocas de experiências, usos e saberes que foram incorporados e que fazem da nossa sociedade o que ela é hoje.

A partir disso, fala-se no conceito de sociobiodiversidade, que se baseia na inter-relação entre a diversidade biológica e a sociocultural. Segundo Catafesto, o argumento usado por antropólogos é o de que a diversidade é um banco de habilidades e culturas, um patrimônio fundamental para a continuidade da sobrevivência da nossa espécie no planeta. Ele cita como

exemplo a reprodução das castanhas-do-pará: “Os biólogos constataram que, se depender do seu ciclo reprodutivo próprio, uma castanheira só consegue gerar outra a 500 metros de distância. No entanto, em muitos pontos da Amazônia, existem pomares de castanhas. Outras espécies que os índios também utilizam estão distribuídas em linha, indicando antigos caminhos por onde circulavam com os recursos”.

Catafesto afirma que, atualmente, pesquisadores trabalham com a hipótese de que a sobrevivência da biodiversidade estará diretamente ligada à manutenção da sociodiversidade – que as populações possam recuperar seus sistemas tradicionais. “Um tema muito marcante para mim são as queimadas indígenas. Há um preconceito em relação a elas, mas há estudos que demonstram que as queimadas indígenas são, sem dúvida nenhuma, a forma mais eficaz de tornar o mato beneficiado, porque as plantas que os índios usam ficam ali; mesmo que abandonem a aldeia, sabem que no futuro encontrarão banana, cará, entre outros alimentos, que continuam se produzindo independentemente da presença humana”.

Para o cacique André Benites, tudo está integrado. “Tudo é a natureza. É difícil de falar no Português, que não é minha língua materna – o melhor é ir lá na aldeia conhecer o jeito mbya, como a gente vive”, ressalta.



FLÁVIO DUTRA/JUL - ARQUIVO JUL/2013



Brechas para a produção teatral

Artes Cênicas *Companhias buscam alternativas para driblar a crise no setor*

Samantha Klein

Os palcos nunca tiveram sobrevivência fácil no Rio Grande do Sul. Recentemente, o Sete de Abril, teatro mais antigo do Estado, que tem tombamento pelo Patrimônio Histórico, fechou as portas em Pelotas. Por sua vez, o Teatro São Pedro, mesmo considerado o mais importante da região, já teve seus períodos de abandono. Inaugurado em 27 de junho de 1858, o espaço criado para abrigar a produção cultural voltada à elite teve suas portas fechadas em 1973 devido às precárias condições de segurança e ao mau estado de conservação. A reabertura ocorreu 11 anos depois, com grande festa para a comunidade. Mesmo com tal êxito, o projeto da concha acústica Multipalco – uma espécie de anexo ao teatro – demorou mais de uma década para ser concluído. Enquanto isso, salas mais novas se encontram fechadas para reformas que não têm prazo para conclusão, como é o caso do Teatro de Câmara Túlio Piva, criado em 1970 sob responsabilidade da administração municipal e situado à rua da República, no bairro Cidade Baixa. Outros espaços estão em processo permanente de restauração, como o Teatro de Arena, lo-

calizado no viaduto Otávio Rocha, Centro Histórico da capital. Diante do panorama das salas públicas, companhias novas e tradicionais estão buscando alternativas para manter suas produções teatrais e, ainda, propor novas linguagens cênicas.

Sedes próprias – Circular com espetáculos novos e consagrados é certamente um dos objetivos de qualquer companhia teatral. Ter uma sede própria, porém, é um ganho para firmar o grupo. Assim considera uma das fundadoras da Cia. Stravaganza, Adriane Mottola. A diretora de teatro ressalta que o caminho até obter um estúdio próprio foi árduo, mas vem garantindo uma marca para o grupo. “Há muito tempo aprendi que o teatro tem que ter cara. Como o público percebe que um grupo é diferente do outro? Ao apresentar o seu trabalho e levar o seu público para lá, você cria uma identidade. E o público vai te acompanhando por isso. Quando se tem uma sede, é mais fácil ser reconhecido em meio à multidão; igualmente, é fundamental manter uma equipe. É uma marca, não no sentido de publicidade, mas de conhecimento adquirido ao longo dos anos”, sustenta.

A diretora ainda destaca que a dinâmica de participação em editais ou projetos submetidos a leis de incentivo à cultura restringe a circulação dos grupos. “Temos poucos teatros e muitas pessoas produzindo. Se você concorre em editais públicos, pode ficar mais de um ano sem se apresentar, o que é muito desestimulante. Ao nos apresentarmos num espaço próprio, temos uma forma de nos mantermos vivos sem depender exclusivamente dos teatros públicos e privados.” Ela ainda destaca que muitas companhias teatrais dependem de contratações como as do Serviço Social do Comércio (Sesc), que costuma firmar convênios com prefeituras e promover atividades culturais e esportivas.

Já a possibilidade de viajar com temporadas dependendo de bilheteria é inviável, segundo Mottola. Os custos de aluguel de teatros, hospedagem e alimentação tornam as empreitadas muito caras. “Por conta própria, só dependendo do que se lucra com a apresentação de espetáculos, é impossível, porque não há como se pagar. Com o advento das leis de incentivo, as produtoras culturais tiveram que se adaptar, e somente espetáculos incentivados conseguem circular pelo interior ou por outros estados.”

Nessa linha, o Grupo Cerco também está buscando o caminho da manutenção de um espaço próprio para ensaiar, criar e oferecer oficinas. Em convênio com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a companhia está estabelecida em parte de um casarão antigo localizado no Centro Histórico da capital. As limitações de um prédio tombado não permitem, no entanto, que o espaço seja aproveitado da mesma forma que faz a Cia. Stravaganza. “Por enquanto, não podemos utilizar o estúdio para encenar peças de grande porte porque não há possibilidade de instalação de spots e iluminação adequada para o palco, mas é uma grande vitória termos um local como esse”, ressalta Inês Marocco, diretora do

grupo e professora do Departamento de Artes Dramáticas da UFRGS.

Responsável por peças baseadas em obras icônicas de Erico Verissimo, como *O Sobrado* e *Incidente em Antares*, a companhia vem apostando também em oficinas, brechós e espetáculos populares. Recentemente, o Espaço Cerco Cultural apresentou o espetáculo *Cabarezin: noite das palhaças*. O objetivo foi mostrar o humor do universo feminino sob a ótica dos palhaços. Com ingressos a preços populares, o local estava lotado na véspera do feriado da Proclamação da República. Inês Marocco diz que peças mais simples serão cada vez mais frequentes no espaço, até mesmo para incentivar novas linguagens e trocas de saberes com grupos mais jovens.

Intercâmbio – “Residente” na Cia. Stravaganza, a ATO Cia. Cênica realiza ensaios semanais e leituras de textos quinzenalmente. Sem a possibilidade de ter uma sede própria e com muita vontade de agregar novas possibilidades às peças marcantes da companhia, o grupo optou por um intercâmbio com a Stravaganza e com a Cia. Indeterminada. Dentro dessa cooperação, os três grupos realizam o projeto Quartas Dramáticas. “A gente escolhe textos urgentes, que precisam ser lidos para o público”, ressalta Luciana Tondo, integrante da ATO, que nasceu da disciplina de Ateliê de Criação no Departamento de Artes Dramáticas da UFRGS com o espetáculo *O Feio*, escrito pelo alemão Marius Von Mayenburg.

O grupo ganhou o Açorianos de Melhor Espetáculo em 2011 e se consolidou como companhia de teatro. Luciana ressalta que mais importante do que ter uma sede própria é ter um espaço de criação. “Não temos um espaço próprio, pois neste momento seria muito difícil; por isso, estamos tentando nos unir a grupos que também precisam se fortalecer. No momento, é a melhor opção para todo mundo”, destaca.



Túlio Piva - “Um dos teatros mais esquecidos da cidade”, eis uma definição para o Teatro de Câmara Túlio Piva. Fechado desde 2014 para reformas estruturais, nenhum tijolo foi mexido, no sentido de início de uma restauração. Ainda em 2012, o espetáculo *Estamira - Beira do Mundo*, integrante da programação do 19.º Porto Alegre em Cena, teve de ser suspenso em meio à apresentação após o rompimento do telhado.

Primeiro teatro público do município de Porto Alegre, teve sua última reforma inaugurada em março de 2006. Desde então, vem sofrendo com a deterioração. Após o fechamento há quatro anos, um projeto de restauração completa foi formulado e orçado em 4 milhões de reais. De acordo com o coordenador de Artes Cênicas da Secretaria Municipal da Cultura, Fernando Zugno, a pasta procura patrocinadores privados. O gestor, no entanto, ressalta que a dificuldade é imensa.

“É um momento muito difícil para fazer essa reforma, porque a prefeitura vive uma crise financeira sem precedentes. Finalizamos o orçamento, mas não é possível apostar em uma reforma neste momento. Diante de tal cenário, é muito difícil captar um valor deste tamanho. Mesmo assim estamos tentando encontrar parceiros que possam patrocinar os trabalhos, o que não significa a privatização do teatro. O objetivo é devolver para a sociedade um espaço que é tão caro para o bairro e para a cidade.”

Enquanto nenhum investidor privado se interessa pela revitalização do teatro, o tempo segue consumindo as estruturas. O projeto de reforma visa modificar praticamente todo o espaço, com a restauração de paredes, vigas, forro, telhado e banheiro. “A ideia é manter praticamente somente o palco, que é muito bom desde a sua concepção”, finaliza Zugno.

Teatro de Arena - Localizado nos altos do viaduto Otávio Rocha, em Porto Alegre, o Teatro de Arena foi um dos espaços culturais de resistência durante o regime militar, enfrentando a censura. Sucumbiu, porém, à falta de recursos para a sua conservação. Após 27 anos de existência, encerrou suas atividades em 1980. Devido à mobilização da classe artística, foi desapropriado pelo estado e reabriu como espaço público oito anos depois.

Desde então segue também em uma trajetória de resistência, considerando-se que os recursos estatais são mínimos. Em 2018, algumas obras de restauração foram realizadas, como a adaptação de uma rampa para receber cadeirantes, a reforma de todas as aberturas e a retirada do antigo ar-condicionado central e de toda a sua tubulação – uma demanda antiga. Além disso, novos equipamentos de som e iluminação foram adquiridos por intermédio de edital do Fundo de Apoio à Cultura. Em meio à recente reforma, o local foi alvo de roubo. “Levaram projetores, lâmpadas e uma escada. São equipamentos caros, que não teremos como repor”, lamenta Hamilton Braga, membro da Associação dos Amigos do Teatro de Arena.

Da caminhada de resistências do Arena, que sempre teve poucos recursos financeiros, Hamilton recorda que um batalhão do Exército, em 1968, chegou a invadir o teatro em busca de armas que supostamente seriam usadas na luta armada. Na verdade, eram carcaças de fuzis do início do século emprestadas pela Brigada Militar para a montagem de *Os Fuzis da Senhora Carrar*. Mesmo assim, o fundador do teatro, Jairo de Andrade, foi espancado, e as “armas”, apreendidas. “Naquela noite, os atores acabaram por utilizar vassouras em lugar das espingardas, e a apresentação se transformou em manifestação contra a ditadura.” Ele destaca que, apesar das dificuldades impostas no passado e no presente, a paixão dos envolvidos pelas artes cênicas sobrevive ao tempo, à falta de dinheiro e às resistências externas.

Renascença e Álvaro Moreyra - Importantes espaços para a popularização da cultura em Porto Alegre, o Teatro Renascença e a Sala Álvaro Moreyra estão localizados no Centro Municipal de Cultura Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues.

Com programação intensa de terça a domingo, a necessidade de manutenção é muito elevada. Para isso, porém, não existe um orçamento específico proveniente da Secretaria Municipal da Cultura. As verbas são repassadas conforme a demanda, assim como a recente emergência em trocar um dos aparelhos de ar condicionado do Teatro Renascença.

As salas são palco de montagens importantes, como a estreia da peça *Le Costume (O Traje)*, de Peter Brook, durante a 7ª edição do Porto Alegre em Cena, em 2001, conforme recorda o coordenador de Artes Cênicas da Secretaria da Cultura. Também são espaços que recebem espetáculos a preços mais acessíveis, sendo ainda selecionadas apresentações para turmas de escolas municipais. Além disso, são palco para jovens artistas da periferia. “Acho que o Porto Alegre em Cena traz espetáculos maravilhosos, assim como o Palco Giratório e outros eventos sediados nesses dois teatros. Além da qualidade das peças, seguidamente, grupos de escolas vêm ao Renascença, o que é uma forma de descentralização, de acordo com as agendas da Secretaria da Educação.”

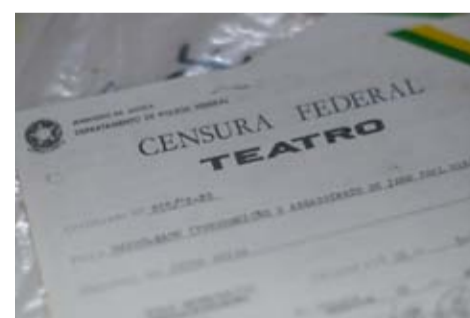
Usina do Gasômetro - Fechada oficialmente há um ano, as perspectivas de reforma e reabertura da Usina do Gasômetro são muito mais palpáveis que as do Túlio Piva. A Usina, assim como o almejado Teatro Elis Regina, deverão ser alvos de uma reforma completa em breve. Uma das principais adequações trata do plano de prevenção contra incêndio para receber o público com segurança.

O projeto arquitetônico para a restauração já foi aprovado, e a proposta de execução está em vias de ser concluída. A reforma será realizada com recursos obtidos pela Prefeitura de Porto Alegre junto à Corporação Andina de Fomento (CAF). “Temos, portanto, prazo definido para fazer tudo certinho, e a nossa intenção é começar os trabalhos de restauro em meados de 2019. Até 2020, a obra deve estar pronta, ou teremos de devolver o dinheiro, porque é uma exigência da CAF. São regras instituídas em contrato. Dessa forma, estamos elaborando os projetos para que não haja nenhum erro”, ressalta o diretor da Usina, Luiz Armando Capra.

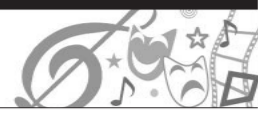
Em 25 anos de concepção do projeto, o teatro Elis Regina nunca foi entregue em definitivo, mesmo que diversas atividades tenham sido realizadas no local. Funcionou parcialmente como sede para a OSPA e a Banda Municipal. A Orquestra, que nunca teve uma sede própria, agora está alocada em uma sala acusticamente adequada no Centro Administrativo Fernando Ferrari.

Capra destaca que, quando finalizado, o projeto será muito importante, em especial pela localização. “Além de todo o espaço cultural dentro da Usina, o teatro é uma proposta muito relevante para a cidade por ser público. É um local muito aguardado pela comunidade artística, e tenho certeza de que, com a revitalização da orla do Guaíba, a movimentação será muito grande.”

Ao lado, cena do espetáculo *O sobrado*, do Grupo Cerco, de julho de 2013 no Teatro de Câmara Túlio Piva. Abaixo, fachada e detalhes do interior do Teatro de Arena



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



A derrocada das democracias liberais

Desenvolvimento *Pesquisadores descrevem a dinâmica das rupturas democráticas que levam ao autoritarismo*

Luiz Carlos Bombassaro*

Em *Como as democracias morrem*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, professores de ciência política na Universidade Harvard, apresentam uma análise perspicaz e preocupante de um dos mais notáveis fenômenos políticos do nosso tempo: o colapso das democracias.

Ao tomar como base a candidatura, a campanha eleitoral e a eleição de Donald Trump para o governo dos Estados Unidos, os autores reconstruem os cenários sobre os quais se tornaram possíveis as mais recentes e emblemáticas rupturas democráticas, com especial destaque para os fatos ocorridos na Europa nos anos 1930 e na América Latina nos anos 1960 e 1970. Com um olhar atento ao movimento da história das ideias políticas, eles descrevem a dinâmica que, em muitos casos, fez ruir completamente o sistema democrático e abriu caminho para a instauração de governos autoritários no mundo inteiro.

Sistemas democráticos encontram, via de regra, sua base de sustentação em normas constitucionais e numa dinâmica de pesos e contrapesos institucionais que permitem a participação popular. Levitsky e Ziblatt constataam, no entanto, que nem sempre uma Constituição é ca-

paz de salvaguardar e garantir a democracia. Disso há muitos exemplos. A Constituição da República de Weimar, promulgada na Alemanha em 1919, tornou-se incapaz de impedir abusos governamentais e seu abandono foi um dos fatores que levou à ascensão do nazismo. Também em muitos outros países, especialmente na América Latina, o poder constitucional das normas escritas e dos tribunais foi insuficiente para manter vivo o espírito da democracia. Em muitos casos, a ruptura com a ordem democrática levou a golpes de estado e à implantação de governos autoritários.

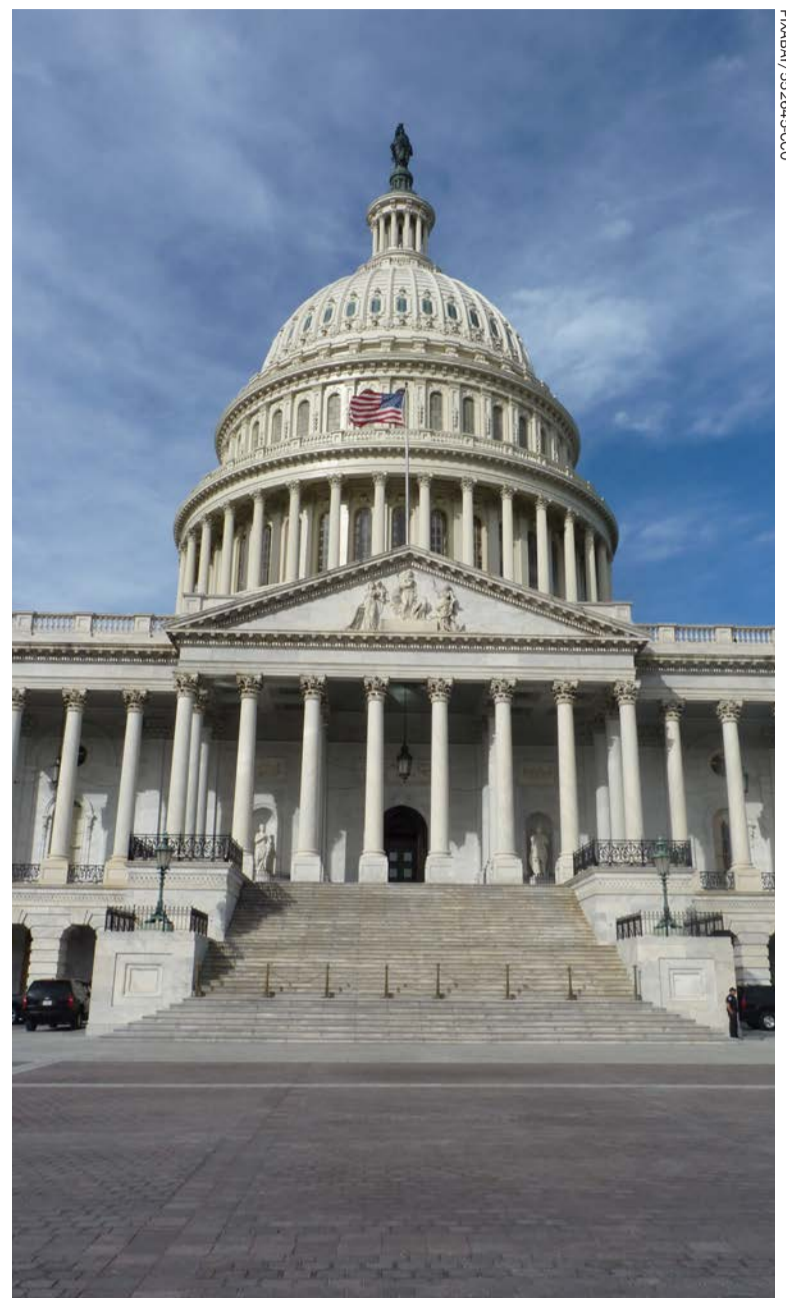
Atentos aos acontecimentos políticos mais recentes, os autores destacam que as ditaduras não são mais necessariamente instauradas por uma revolução ou por um golpe militar. Em lugar do uso da violência e das armas convencionais, o autoritarismo hoje nasce e se estabelece por meio do enfraquecimento lento e constante das instituições democráticas e pela corrosão das normas políticas. Assim, baseados nos estudos do cientista político Juan Linz, os autores mostram que a aproximação ao autoritarismo, inicialmente quase imperceptível, começa a aparecer de modo mais evidente quando os políticos: (1) rejeitam, em palavras e ações, as regras do jogo democrático; (2)

negam a legitimidade dos adversários e oponentes; (3) toleram e até encorajam a prática da violência; e (4) dão indicações claras de que estão dispostos a restringir liberdades civis dos adversários e, inclusive, propõem um controle da mídia.

Das reflexões de Levitsky e Ziblatt emerge a pergunta sobre a possibilidade de se construírem barreiras de proteção à democracia. Talvez possa entrar em jogo aqui um aspecto para o qual os autores não deram muita importância: o poder da educação. Se for verdade, por um lado, que a manutenção da democracia depende do comportamento dos políticos e das instituições, não parece, por outro, ter menos importância a formação cultural e o esclarecimento dos eleitores, que compõem uma categoria essencial na constituição das estruturas e dos processos democráticos. Sem uma boa formação cultural dificilmente será possível fazer desaparecer o véu de ignorância que permite e facilita a manipulação da opinião pública.

Também por isso esse livro constitui uma leitura oportuna e esclarecedora para quem deseja compreender o que se passa, igualmente, no Brasil de hoje.

*Doutor em Filosofia e professor na Faced/UFRGS



Estados Unidos é uma das principais democracias em colapso analisadas na obra de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt



Como as democracias morrem

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt
Rio de Janeiro: Zahar, 2018
272 páginas
R\$ 50,00 (preço médio)



Vozes Femininas na Filosofia

Ana Rieger Schmidt, Gisele Dalva Secco, Inara Zanuzzi
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018
216 páginas | R\$ 25 (preço médio)

Mulheres na Filosofia

A Representatividade é fazer presente algo que está ausente. E o curso de Filosofia nas universidades brasileiras sofre uma crise: tanto na graduação como na pós-graduação, menos de 30% dos docentes e discentes são mulheres.

Vozes Femininas na Filosofia é um livro que tenta romper esse paradigma. A partir de um conjunto de contribuições de professores e pesquisadores de filosofia de diferentes universidades brasileiras, produzido no I Encontro "Vozes femininas na Filosofia", em junho de 2017, na UFRGS, a obra se mantém por si só.

A organização do material foi feita pelas filósofas Ana Rieger Schmidt, Gisele Dalva Secco e Inara Zanuzzi para fornecer à pesquisa informações sobre o trabalho filosófico de mulheres para que elas sejam mais bem contempladas em sala de aula. Vários textos do livro mostram a contribuição feminina na história da filosofia e a importância de suas atuações em diversas áreas do conhecimento, como metafísica, filosofia política e teoria feminista. Há uma tentativa também de

entender as dificuldades que marcam a trajetória acadêmica dessas mulheres. Alguns textos têm uma perspectiva marcadamente histórica, procurando situar o pensamento das autoras no seu contexto intelectual e social. Outros abordam autoras contemporâneas e suas contribuições para o debate filosófico. Há ainda trabalhos que apresentam discussões sobre a teoria feminista atual, como Margaret Gilbert, analisada pelo professor Daniel Simão Nascimento a partir de comentários e de suas percepções. A filósofa inglesa mostrou novos relatos de uma série de fenômenos sociais centrais no contexto de propostas de intelectuais, como Émile Durkheim, Georg Simmel e Max Weber, algo revolucionário para a sua época. A obra é essencial dentro e fora da academia. É uma forma de representar melhor o público feminino e todo o seu trabalho na produção de conhecimento. A obra dá visibilidade aos trabalhos relevantes de diferentes filósofas e põe em pauta a representatividade feminina nas universidades. (Carolina Pastl)



Estela sem Deus

Jeferson Tenório
Porto Alegre: Zouk, 2018
206 páginas | R\$ 35,00 (preço médio)

Morte, Deus e futuro

Estela sem Deus, do escritor e mestre em Literatura da UFRGS Jeferson Tenório, é aquela leitura que pode ser feita em uma tarde só, cujo enredo é tão envolvente que é praticamente impossível parar de ler. Com mais de 200 páginas, o romance se passa entre Porto Alegre e a cidade do Rio de Janeiro e conta a trajetória da menina Estela em busca de respostas para temas como a morte, Deus e o futuro. Já no primeiro capítulo, a personagem reflete sobre o significado de morrer e começa a pensar que gostaria de ser filósofa e sobre as características das pessoas que se dedicam a esse ofício. Estela nos conduz para dentro de seu universo muitas vezes triste, mas também de resistência. As lembranças dos 13 aos 16 anos incluem atos de violência contra a mãe – empregada doméstica –, de machismo, de racismo, de abandono por parte do pai, além da experiência de ter que ir morar "de favor" na casa da madrinha. Claro que também há espaço para momentos felizes, como as descobertas do amor e o início da amizade com Melissa, que vai instigar seus pensamentos e incentivar perguntas e

respostas mais profundas, e para momentos de determinação, em que a menina decide falar o que pensa e traçar um destino diferente daquele vivido por sua mãe. Sem panfletar, a história trata também da demonização de religiões de matrizes africanas, além de discorrer sobre a ditadura do cabelo liso e sobre os comportamentos esperados das mulheres negras na nossa sociedade, já que Estela sente na pele a desigualdade social. Em alguns trechos, parece que o autor coloca uma visão mais alinhada aos dias atuais no que diz respeito a questões femininas, como nas frases "Queríamos ser livres. Eu e o meu sangue". Essa e algumas outras afirmações não parecem típicas de uma adolescente da década de 1990, mas pode ser justamente o poder dessas provocações o que torna tudo ainda mais saboroso na leitura. *Estela sem Deus* é um livro para refletir sobre os principais questionamentos da vida, capaz de gerar enorme empatia com o outro, além de contribuir para a literatura negra do Brasil. Tudo isso numa linguagem dinâmica e atraente. (Bárbara Lima)

Desvio da austeridade

Marilinda Fernandes *A conjuntura política de Portugal poderia ser tomada como exemplo para o Brasil, considera advogada trabalhista portuguesa radicada no Brasil*

Samantha Klein

Advogada portuguesa especializada em Previdência, Marilinda Fernandes pode dizer que conhece bem o Brasil e sua conjuntura. Vivendo há 34 anos no país, já viu muitos governos e diferentes planos econômicos serem implementados nessa terra que já foi colônia de seu país natal. Dos planos Verão e Cruzado ao Plano Real, do neoliberalismo implementado pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo ao social-democrata Luiz Inácio Lula da Silva, Marilinda acompanha as mudanças em direitos e políticas sociais. Ao mesmo tempo, anarcosindicalista desde a juventude, ela acompanha as movimentações da política de seu país. Lá, presenciou o fim da era salazarista e a Revolução dos Cravos, o declínio econômico depois de uma época de ouro para os cidadãos, a intervenção do FMI e da União Europeia após a grande crise de 2008 e a formação da Geringonça.

Como defensora dos direitos do cidadão, qual é o caminho para a retomada do crescimento econômico? Portugal foi um dos países que mais cresceu na União Europeia (segundo o Gabinete de Estatísticas da União Europeia, o país cresceu 2,1% em 2017, ficando acima da média dos demais países da Comunidade Europeia). A retomada de direitos e políticas sociais não nos tornou menos competitivos. Ao invés de decrescermos, como vinha acontecendo com o austericídio, nós crescemos economicamente. Crescemos não somente por meio do turismo: criamos empregos, geramos renda, e com isso gerou-se mais arrecadação de impostos e um melhor orçamento. Também houve incremento nos saldos de previdência. Sem emprego não tem como a previdência ir para frente, porque ela é alimentada pela contribuição dos trabalhadores e dos empresários. Não é retirando direitos, ampliando a idade de aposentadoria, reduzindo as despesas que vamos fazer com que a economia vá para frente. O único resultado desse tipo de política é aumentar o campo de investimento pró-capital financeiro, quer nacional quer internacional. São esses que engordam, em detrimento de nosso povo. O indivíduo que elegeram Jair Bolsonaro já está à mercê do mercado financeiro. Se não se anuncia nada em relação à reforma da Previdência, o dólar já dispara, a bolsa de valores cai. Em lugar de um projeto que leve ao bem-estar do povo, quem comanda o projeto de desenvolvimento econômico é o humor do mercado. Em Portugal, posso te dizer, rompemos com essa lógica chantagista.

Por que Portugal mergulhou na crise a partir de 2008 e como buscou sair do fosso econômico? As origens dos problemas econômi-

cos de Portugal estão em sua gênese. Desde a política de colonizações e expansões, com a utilização do ouro para construir igrejas e manter uma pequena elite, até a política de Salazar. O salazarismo impediu a industrialização de Portugal porque ele pensava que as ideias comunistas floresciam nas fábricas e com isso nos manteve como um país agrário. Quando chegamos em 2011, depois da crise financeira de 2008, nos deparamos com a intervenção da fórmula da União Europeia para os países em crise econômica. Quem nos governava naquele período era o CDS – Partido Popular (de linha conservadora, inspirado na democracia cristã), com o Paulo Portas, o Pedro Santana Lopes, que vão aplicar a fórmula da Troika, constituída do Banco Central Europeu, FMI e União Europeia. Esse trio impôs a maior austeridade das últimas décadas, em que aplicavam o que agora vocês vão começar a aplicar com o novo governo e que já iniciou com Michel Temer.

Quais os efeitos da política de austeridade sobre um país como Portugal? Entre as ações da Troika, impuseram uma reforma trabalhista, precarizando as relações de trabalho ao máximo; a redução das aposentadorias, sendo realizado um verdadeiro confisco sobre todas as aposentadorias de quem ganhava mais de 600 euros – e novamente nosso povo volta à diáspora porque nossos jovens não têm onde trabalhar. A população está decrescendo porque os jovens não querem ter filhos, pois não conseguem ter casa onde morar nem qualquer garantia sobre o futuro do trabalho.

A maioria desses jovens se forma e segue vivendo na casa dos pais. A euforia turística tem agravado a vida de jovens e velhos, porque os inquilinos de cidades como Lisboa e Porto estão sendo despejados das residências em que vivem há décadas. Houve também uma redução drástica das políticas sociais e a quase paralisação das indústrias. Enfim, um desespero. E, nesse desespero, surge uma esperança nas eleições de 2015 – lembrando que quem ganhou as eleições foi o PSD e não a esquerda, só que, para ter a maioria na Assembleia da República, o Partido Socialista precisava fazer uma aliança com o Bloco de Esquerda, de que sou simpatizante e no qual milito, com o Partido Comunista e com os Verdes. Isso aconteceu e estamos vendo os resultados.

Como se deu esse acordo? O PSD é igual ao Partido dos Trabalhadores que vocês têm aqui: somente para a classe média é que eles são considerados comunistas ou de esquerda. Esses dois partidos são centro-esquerda e não mais que isso. Por que Geringonça? Quando a proposta foi apresentada à União Europeia, os alemães apelidaram a coalizão pejorativamente assim, dizendo: “Isso não vai dar em nada”. E eles queriam que desse em nada, porque a Grécia estava vivendo o mesmo processo de pauperização. Eles não queriam que a nova composição em Portugal desse certo, mas seguimos por uma via que foi diferente em dois aspectos em relação à dos gregos. Fizemos esse acordo não em cima de cargos e exigindo projetos de melhoria das condições da população. O Bloco

de Esquerda garantiu apoio aos projetos que dessem melhoria de vida e acabassem com a precariedade no serviço público, sem ocupar ministérios e secretarias. Nossos jovens agora pensam melhor antes de emigrar, o salário mínimo está melhor, os idosos estão mais bem acolhidos, sentimos que há uma grande alteração na qualidade de vida dos cidadãos. Mas ainda temos um milhão de pessoas pobres, elevado número de sem-teto, temos um dos maiores índices de desempregados da União Europeia. Acho importante pensar nisso porque vocês, brasileiros, ficam endeusando meu país quando temos problemas semelhantes. As pessoas ficam surpresas quando tomam conhecimento de que um jovem ganha um salário de 800 euros – e ainda é com recibos verdes, ou seja, com contratos precários. Neste ano, por exemplo, tivemos inúmeras greves.

O que faz com que você se entusiasme com a Geringonça? Me dá esperanças. Nesses quatro anos conseguimos melhorar e reverter em parte as políticas prejudiciais e retomar benefícios perdidos. Os servidores públicos, por exemplo, passaram novamente a trabalhar 35 horas semanais. A Troika tinha instituído regime de 40 horas. Acabamos com o confisco das pensões, restabelecemos os feriados – até isso tinham nos retirado. Acredite, não tínhamos nem mais o direito ao ócio do feriado do Carnaval. Há uma perspectiva de inclusão das pessoas. Já aqui no Brasil, o que me causa perplexidade é que o próximo ministro da Fazenda quer implementar tudo aquilo que a Troika fez em Portugal.

Então, meu país se coloca como uma esperança porque se reagirmos e lutarmos por políticas sociais é possível mudar o cenário de austericídio. Conseguimos estabelecer imposto sobre as fortunas. Todas as heranças a partir de 600 mil euros são tributadas. Estamos tentando acabar com os contratos temporários semelhantes aos que vocês têm aqui quanto à contratação de professores em escolas públicas; agora há prazo para terminar com esse tipo de contrato nas áreas do ensino e da saúde em Portugal. Também estamos trabalhando sobre essa questão do inquilinato e a exploração dos imóveis com aplicativos de ocupação por turistas através do Airbnb, por exemplo.

Que medidas são essas? Na prática, a meta é evitar que as pessoas sejam simplesmente expulsas de suas casas. Os inquilinos têm a prioridade sobre a compra do imóvel. Também aprovamos um projeto em que os bairros Mouraria, Graça e Bairro Alto não poderão receber turistas por quatro meses. Ou seja, os moradores não poderão alugar seus quartos pelo Airbnb. Porque elas deixam suas casas, vão para campings e alugam. Essa prática vem causando gentrificação e descaracterização da cidade. E mais, não somos somente nós a fazer isso. Outras cidades, como Barcelona e Veneza, já restringem. Nesta, há inclusive um controle do número de pessoas que ingressa no município. Claro, haverá quem diga que o turismo é essencial e o índice de crescimento do país se deve ao turismo, mas, sem regras, Lisboa será completamente descaracterizada.

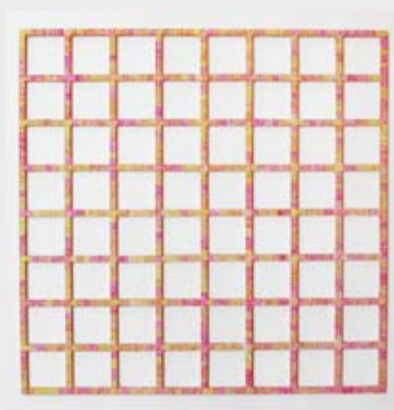


ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



DESTAQUE

Beleza composta de detalhes



Único. Palavra importante na carreira de Maria Lúcia Cattani, não só por definir a singularidade de seu trabalho, mas também por ser um elemento notável em várias de suas obras, nas quais perfazia um percurso do único ao múltiplo e do múltiplo ao único ao explorar as possibilidades da técnica da repetição. É o caso de *Green 16,000*, de 1998, imagem composta de uma série de numerosos quadrados, feitos por um carimbo de borracha, com tons verdes, azulados e a sobreposição de linhas em dourado, um dos destaques de sua trajetória.

Essa e outras obras estarão expostas no saguão da Reitoria da Universidade até 2019, compondo *A potência dos pequenos gestos* – uma exposição em homenagem a Cattani, falecida em 2015. Professora do Instituto de Artes durante quase 30 anos, a artista foi um dos nomes mais importantes da chamada Geração 80 da arte nacional, tendo reconhecimento também além das fronteiras, deixando um legado de pinturas, gravuras e desenhos em importantes coleções do Brasil, dos Estados Unidos, da Ásia e da Europa, os quais traçam sua trajetória e materializam seu talento.

A responsável pela curadoria é Maristela Salvatori, artista visual e

professora do Instituto de Artes. Segundo ela, a seleção das obras se deu a partir do objetivo de representar a multiplicidade de Cattani: “Tentamos mostrar um pouquinho da versatilidade da artista, visto ser uma exposição inaugural, apresentando algumas obras nas quais a repetição e o uso de carimbos são uma constante, em desenhos e pinturas e em um vídeo documental da obra sobre parede *A5P8*, realizada para a 5.ª Bienal do Mercosul em 2005”, explica Maristela.

O espaço foi inaugurado no Dia da Cultura, realizado pelo Departamento de Difusão Cultural. A mostra pode ser visitada até 30 de março. Após a exposição, os trabalhos retornarão ao acervo Maria Lucia Cattani, gerenciado pelo viúvo da artista, Nick Rands, que também é responsável pelo Projeto Maria Lucia Cattani, uma iniciativa que visa manter vivo o legado da artista. “A Galeria Maria Lucia Cattani é uma verdadeira preciosidade, um espaço excelente para uma produção intimista num local de grande circulação. Uma linda e pertinente homenagem da UFRGS a uma talentosa artista que dedicou boa parte de sua vida ao ensino nesta instituição”, complementa a curadora.

CINEMA

Mostra Animal



REINO PACÍFICO

Jenny Stein | EUA | Doc | 2012 | 78 min

Pessoas criadas no meio rural questionam convicções básicas das suas formas de viver. Ao mesmo tempo, expõem a complexidade das forças sociais, psicológicas e econômicas envolvidas.

Sessões: 3 de dezembro, 16h; 7 de dezembro, 19h

QUE RAIO DE SAÚDE

Kip Andersen e Keegan Kuhn | EUA | Doc | 2017 | 91 min

A coalizão e corrupção por trás de um negócio trilhonário. Com a ajuda de médicos, pesquisadores e advogados, o documentário investiga o mercado que permeia a saúde.

Sessões: 3 de dezembro, 19h; 4 de dezembro, 16h

EMPATIA

Ed Antoja | Espanha | Doc | 2017 | 75 min

Ed é contratado para produzir um documentário crítico sobre a relação das pessoas com as outras espécies. Ele percebe que, para realizar o projeto, deve primeiro convencer a si próprio.

Sessões: 4 de dezembro, 19h; 5 de dezembro, 16h



LEÕES DE SANGUE

Bruce Young e Nich Chevallier | África do Sul | Doc | 2015 | 84 min

O jornalista ambientalista e operador de safari Ian Michler testemunha a criação intensiva de leões. Sob o disfarce da conservação e da pesquisa, situações como essa se tornam cada vez mais comuns.

Sessões: 5 de dezembro, 19h; 6 de dezembro, 16h

100 Anos da Grande Guerra: Uma Batalha sem Fim

SEM NOVIDADE NO FRONT

Lewis Milestone | EUA | 1930 | 127 min

Um grupo de jovens se alista no exército, e todos ficam muito entusiasmados com a ideia de lutar por seu país durante a Primeira Guerra Mundial como uma oportunidade de provar sua coragem e patriotismo.

Sessões: 10 e 20 de dezembro, 16h; 17 de dezembro, 19h

ETERNO AMOR

Jean-Pierre Jeunet | França | 2004 | 134 min

Após o término da 1.ª Guerra Mundial, Mathilde aguarda notícias sobre seu noivo, até que fica sabendo que ele fez parte de um grupo de soldados que provocou sua própria mutilação para que deixassem a frente de batalha da guerra.

Sessões: 11 e 17 de dezembro, 16h; 19 de dezembro, 19h



FELIZ NATAL

Christian Carion | França | 2005 | 115 min

Natal de 1914, em plena 1.ª Guerra Mundial. Os soldados saem de suas trincheiras e deixam seus rifles de lado para apertar as mãos do inimigo e confraternizar no Natal.

Sessões: 12 de dezembro, 16h; 20 de dezembro, 19h

GALIPOLLI

Peter Weir | Austrália | 1981 | 111 min | Legendado

Dois amigos, como outros jovens das áreas rurais da Austrália Ocidental, se alistam no exército australiano durante a Primeira Guerra Mundial.

Sessões: 13 e 19 de dezembro, 16h; 14 de dezembro, 19h



CARLITOS NAS TRINCHEIRAS

Charles Chaplin | EUA | 1918 | 46 min

O filme se passa na França durante a Primeira Guerra Mundial. Chaplin faz um recruta que vira herói e é convocado para uma perigosa missão que se localiza nas linhas inimigas.

Sessões: 13 de dezembro, 19h; 14 e 20 de dezembro, 16h



LAURENCE DA ARÁBIA

David Lean | ING-EUA | 1962 | 216 min

Em 1935, quando pilotava sua motocicleta, T.E. Lawrence morre em um acidente e, em seu funeral, é lembrado de várias formas.

Sessões: 17 e 21 de dezembro, 16h; 18 de dezembro, 19h

ANJOS DO INFERNO

Howard Hughes | EUA | 1931 | 127 min

Roy e Monte se alistam na Força Aérea Real para a 1.ª Guerra Mundial. Roy, um homem com forte moral, ama Helen, mas ela tem um caso com o irmão dele, Monte, um mulhengo.

Sessões: 10 e 17 de dezembro, 19h; 18 de dezembro, 16h

CineDebate Direitos Humanos 2018

SEM DESTINO

Dennis Hopper | EUA | Aventura, Drama | 1969

Wyatt e Billy são motoqueiros que viajam pelo sul dos Estados Unidos. Após levarem drogas do México a Los Angeles, eles se negociam com um homem em um Rolls-Royce.

Debate com Equipe NUCA/CISS/FACED/UFRGS.

Sessão: 12 de dezembro, 19h

MÚSICA

CONCERTO DA BIG BAND DO IA/UFRGS

Data: 08 de dezembro, 17h

Local: Auditorium Tasso Corrêa

Entrada franca

9.ª EDIÇÃO DO CICLO SÔNICAS: MÚSICAS DE MULHERES

Data: 19 de dezembro, 19h

Local: Auditorium Tasso Corrêa. Entrada franca.

UNIMÚSICA

Local: Salão de Atos da UFRGS

Ingresso: retirada de senhas pela troca de 1 kg de alimento não perecível a partir de 10 de dezembro, das 9h às 18h, no mezanino do Salão de Atos ou no dia 10, das 9h às 17h, no ILEA (Câmpus do Vale).



THIAGO COLOMBO

Data: 12 de dezembro, às 20h



PASCUALA ILABACA Y FAUNA

Data: 13 de dezembro, às 20h

SOM NO SALÃO

DANIEL DEBIAGI – Lançamento do Disco “Sem Chover em teus Olhos”

Data: 05 de dezembro, às 20h

Local: Salão de Atos da UFRGS. Entrada franca.

TEATRO

Mostra de Teatro do DAD 2018 –

A CURA

“Seja profundo o suficiente para que algo aconteça. Viajo à noite, no escuro, com os olhos abertos para ver, para crer no que há no fundo do mar, nas águas do inconsciente. Aceito meu corpo doente. Creio que sou do fígado. Eis aí uma crença que Dostoievski me deu. Voltemos ao risco gerado pela busca – Viagem Noturna Submarina. O herói morre no ocidente. A última frase carrega todo o sentido do mundo. Viaja pelas profundezas. Águas profundas, símbolos antigos. Renasce no oriente.”

Apresentações: 05, 06 e 07 de dezembro, 20h.

Local: Sala Qorpo Santo

Ingresso: entrada franca (com retirada de senhas no local da apresentação)

EXPOSIÇÃO

Catálogo Studio P

Conhecido como um projeto de extensão do Departamento de Artes Visuais da UFRGS, o Studio P – Atelier Aberto de Pintura fará exposição, mostrando parte do seu acervo com quadros que reproduzem cenários importantes do cotidiano de Porto Alegre.

Visitação: 24 de novembro a 21 de dezembro

Local: Sala Fahrion

FACES DO REFÚGIO

Em um dos momentos de maior crise humanitária da história, com um contingente de 68 milhões de pessoas em situação de refúgio no mundo, a exposição exibe mais de 50 fotos e textos relacionados à dura realidade das principais crises de deslocamento forçado da atualidade.

Visitação: até o final de 2018

Local: pátio em frente à FACED

ONDE?

Auditorium Tasso Corrêa

Senhor dos Passos, 248
(51) 3308-1980

Salão de Atos UFRGS

Av. Paulo Gama, 110

Sala Redenção

Luiz Englert, s/nº

(51) 3308-3034

Sala Qorpo Santo

Luiz Englert, s/nº

(51) 3308-4318

Faced

Av. Paulo Gama, 110

Meu Lugar na UFRGS

A mãezona da Gráfica



GUSTAVO DIEHL/SECOM

Não é preciso grande sensibilidade ou poder de observação para notar o forte vínculo afetivo da diretora da Gráfica da UFRGS, Jussara Smidt Porto, com o lugar em que trabalha há quase 30 anos. Antes da entrevista, Jussara fez questão de avisar que está licenciada até janeiro para fazer seu doutorado, o que, segundo ela, poderia fazer com que a nossa conversa não rendesse material. No entanto, não só alcançamos 36 minutos de gravação (em que por duas vezes se emocionou a ponto de embargar a voz e se segurar para não deixar as lágrimas rolares), como também ficou de recordação um registro, escrito à mão, de duas páginas frente e verso, que Jussara trouxe para não esquecer os detalhes que considera mais importantes da sua história.

No cuidadoso relato em que resgata as primeiras experiências na “Gráfica”, que aparece sempre grafada com a primeira letra maiúscula, lembra que começou desempenhando a função de atendimento em 1989, dois anos depois de completar a graduação em Comunicação Visual na Universidade Federal de Santa Maria. Teve alguns períodos de afastamento, entre eles para a gravidez que gerou seus filhos gêmeos e para exercer a função de vice-pró-reitora de Extensão, até o retorno definitivo para assumir a direção da gráfica em 1996. Na época identificou aqueles que seriam seus dois maiores desafios: enfrentar as dificuldades técnicas de um equipamento precário e mudar a mentalidade vigente, pregando o comprometimento com prazos e a qualidade do serviço, mesmo sem dispor de artifícios, como os incentivos usados na iniciativa privada. Na base do diálogo e do estreitamento de relações, os resultados começaram a aparecer. “Foi preciso fazer as pessoas notarem que mesmo estando dentro do serviço público não podíamos pensar que ‘ah, não deu’. Não tem ‘não deu’, tem que dar! E essa mudança

não foi imposta, foi muito intuitiva; eu não tenho formação administrativa e às vezes até me criticavam: ‘a Jussara é a mãezona da gráfica’ – porque eu ficava conversando, e essa era a única troca possível de fazer: respeitar as pessoas e valorizar o trabalho, porque não tem outra coisa para oferecer, não tem um bônus para dar”, pontua.

Tendo um atravessamento tão intenso durante três décadas, é natural que os caminhos de Jussara e da Gráfica ainda permaneçam indissociáveis por algum tempo. Para cursar o doutorado, Jussara está afastada de suas funções de diretora, mas não completamente alheia ao seu local de trabalho. Sua tese trata do reaproveitamento dos resíduos para a formação de novos materiais, estudo em que tem apoio da área de engenharia de materiais. Faltando pouco mais de um ano para a sua aposentadoria, Jussara planeja voltar às atividades na Gráfica, mas prevê mudanças na rotina. “Não pretendo voltar para a direção, porque me sinto mais uma conselheira. Meu olhar vai ser de ajudar a nova direção para que ela conheça os caminhos. Vou dar apoio e continuar fazendo projetos para arrecadar recursos para a Gráfica e ajudar nos direcionamentos que vão ter”.

Uma história longa, e não tem ainda data para terminar. Até porque a motivação foi um dos assuntos que levou a emoção a falar mais alto no relato de Jussara: “Eu tenho dois filhos e sempre pensei: ‘O que vou deixar pra eles?’. Tenho que deixar minha trajetória e exemplo de vida, e no meu trabalho me realizei completamente, conciliei o profissional com o familiar. Foi prazeroso. O que fica é que valeu a pena o meu trabalho. Foi uma trajetória de conquistas e realizações”.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Os vários caminhos e rumos de um linguista

O avião em que Pedro, ainda adolescente, embarcou rumo aos Estados Unidos para fazer intercâmbio fez com que ele seguisse vários caminhos. Não só o que o levou ao norte das Américas, mas também os que conduziram a decisões e interesses pelos quais ruma sua trajetória até hoje. Pedro de Moraes Garcez, 53, é professor titular no Instituto de Letras da UFRGS, onde atua nas áreas de Linguística Aplicada e Sociolinguística e também na formação de educadores. O interesse pela linguagem e pelas formas de fala se deu durante essa experiência de cursar o Ensino Médio no exterior, em que Pedro se descobriu falante de uma língua que tinha um limite de circulação no planeta – e justamente isso despertou nele a curiosidade para esse mundo mais amplo.

Em terras brasileiras, às quais retornou para cursar o ensino superior, Pedro escolheu o Jornalismo. Com um ano na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), percebeu que o seu interesse pela comunicação, na verdade, não se referia ao curso que havia escolhido, mas, sim, à área da Linguística, que estuda os aspectos da linguagem humana e que, segundo ele, as pessoas costumam não conhecer na educação básica. O contato com a área se deu quando Pedro cursou uma cadeira extracurricular no Instituto de Letras, onde acabou ingressando em 1985, depois de um ano como estudante de Jornalismo.

A oportunidade de conhecer o sistema acadêmico dos Estados Unidos fez também com que

Pedro voltasse anos mais tarde àquele país, dessa vez para o doutorado. Após concluir o Mestrado em Letras/Inglês e Literatura Correspondente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1992, o professor foi para a Universidade da Pensilvânia, onde realizou o seu doutoramento em Educação, Cultura e Sociedade. A escolha do curso não se deu com base em uma vontade de ir para fora do Brasil, mas, sim, pelas opções que o sistema de ensino oferecia, baseado em um currículo flexível aos interesses e às necessidades de cada aluno, e não em um currículo rígido – que é a prática comum no Brasil.

Essa vivência no exterior – complementada pelo estágio de pós-doutorado realizado no Canadá – dialoga bastante com um dos temas de pesquisa de Pedro, que investiga a interação social e a etnografia da produção conjunta de conhecimento, da escolarização e da formação de professores. O docente também estuda temas como a diversidade sociolinguística e as políticas linguísticas e ministra as disciplinas de Linguística e Ensino e Introdução à Linguística Histórica. A primeira, segundo ele, é a cadeira que lhe dá a reputação de sério, rígido ou até mesmo de ogro, como ele mesmo brinca em meio ao riso, embora veja a si próprio como um professor aberto. “Essa disciplina dá formação aos alunos de Licenciatura. Ela é difícil, porque confronta os alunos com o fato de que eles estão em um curso de formação de professores, e isso pode ser chocante”, argumenta. O professor explica que o assunto se torna ainda

mais difícil – e necessário – no contexto em que a educação se encontra, diante do desprestígio sofrido pelos docentes por parte da sociedade e do Estado.

A personalidade rígida, na verdade, é apenas uma das várias facetas que se escondem dentro do professor Pedro em sala de aula. Ele cultiva hobbies pouco óbvios para um professor de Letras. O interesse pela natureza é um deles. Há alguns anos, seu vocabulário, tratando-se de botânica e de ornitologia (ramo da zoologia que estuda os pássaros), cresceu. Observar as árvores e os pássaros é uma prática comum em sua rotina no Câmpus do Vale, que abriga uma extensa área arborizada. “Durante as ocupações, em 2016, eu disse para os alunos para nos encontrarmos embaixo da timbaúva, e os alunos indagaram: ‘Timbaúva? O que é uma timbaúva?’”, relembra com bom humor.

Tratando-se, ainda, da vivência externa à sala de aula, a quantidade de tarefas e atividades não permite muito descanso a Pedro. Além da pesquisa e da docência, recentemente ele passou a atuar como editor associado do *Journal of Sociolinguistics*, uma revista internacional da área de estudos da linguagem. A intensa carga horária, entretanto, não é vista como algo negativo. “Acho que estou sempre ligado. Mas eu não estou fazendo nada que seja distante dos meus interesses, o que, para mim, é uma conquista”, conclui.

Isabel Linck Gomes,
estudante do 4.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



GUSTAVO DIEHL/SECOM

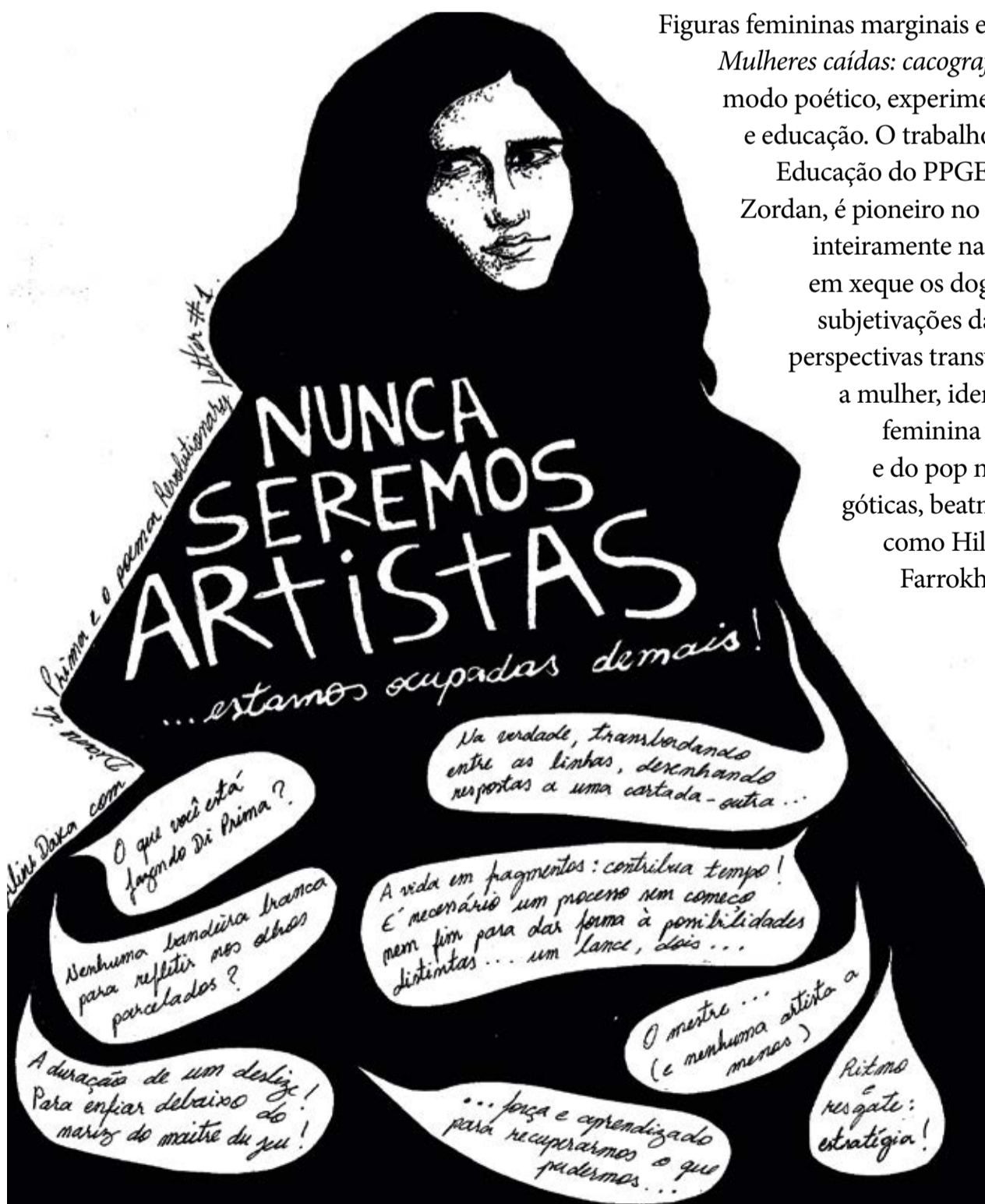


Mulheres caídas:

cacografias na educação

IMAGENS E TEXTO **ALINE DAKA**

Figuras femininas marginais e rebeldes são o tema da dissertação de mestrado *Mulheres caídas: cacografias na educação*, de Aline Daka, que propõe um modo poético, experimental e fragmentário de se fazer pesquisa em arte e educação. O trabalho que faz parte da linha Filosofias da Diferença e Educação do PPGEDU da UFRGS, orientado pela professora Paola Zordan, é pioneiro no Brasil como uma produção acadêmica realizada inteiramente na linguagem dos quadrinhos. A cacografia coloca em xeque os dogmatismos da representação visual em torno das subjetivações da mulher rebelde e discute questões urgentes em perspectivas transversais, abordando temas como violência contra a mulher, identidade, memória, “artes menores” e visibilidade feminina na história da arte. Referências da contracultura e do pop nas artes compõem os quadrinhos, como autoras góticas, beatniks, punks, surrealistas, dadaístas e personagens como Hilda Hilst, Sylvia Plath, Ana Cristina Cesar, Forug Farrokhzad, Stela do Patrocínio, Albertina Bertha, entre outras figuras marginais ou anônimas.



ALINE DAKA É PESQUISADORA, ILUSTRADORA, QUADRINISTA E PROFESSORA DE ARTES. MESTRE EM EDUCAÇÃO (PPGEDU-UFRGS), BACHAREL EM ARTES VISUAIS (IA-UFRGS), ESTUDOU DESENHO EM PORTUGAL, NA FACULDADE DE BELAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, PELA BOLSA SANTANDER LUSO-BRASILEIRAS (UFRGS-2010).